

BALANÇO ANUAL

2020

E PERSPECTIVAS

FIEMG

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

BALANÇO ANUAL 2020 E PERSPECTIVAS

DEZEMBRO 2020



FIEMG

CENÁRIO
INTERNACIONAL



CENÁRIO
BRASIL E MINAS GERAIS



ANÁLISE
SETORIAL



PALAVRA DO PRESIDENTE



Resiliência. Esta palavra define 2020 – o ano mais atípico do ponto de vista pessoal e profissional vivenciado pela nossa geração.

A crise sanitária global representada pela pandemia do novo coronavírus chegou ao Brasil no primeiro trimestre do ano, sugerindo custos econômicos e sociais de grande magnitude. As expectativas de recuperação da economia brasileira da última recessão foram frustradas. As projeções de queda do PIB brasileiro chegaram a 10% no ano. Rapidamente, empresas encerraram suas atividades e pessoas perderam seus empregos e suas vidas. Era consenso que esse cenário de profunda deterioração socioeconômica exigiria uma ampla intervenção do Estado, marcada pelos Programas de Proteção do Emprego e da Renda, como o Auxílio Emergencial e o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm). Somados, os dois programas representam aproximadamente 4% do PIB.

Da mesma forma, era consenso para a FIEMG a necessidade de exercer seu papel de liderança industrial, unindo esforços do setor para o desenvolvimento de ações de mitigação e minimização dos efeitos da Covid-19. Nessa direção, não medimos esforços para apoiar a atividade produtiva, o setor público e a sociedade brasileira – sobretudo, o povo mineiro –, participando da elaboração de políticas públicas anticíclicas, assim como atuando no campo da economia e da saúde.

Proativamente, dialogamos continuamente com os governos federal e estadual, sugerindo ações nas áreas trabalhista, tributária, ambiental, econômica, de acesso ao crédito e de energia, merecendo destaque as Medidas Provisórias 927 e 936, as quais preservaram, somente em Minas Gerais, mais de 300 mil empregos – com atuação direta da FIEMG na negociação de soluções que trouxeram alento à indústria e aos trabalhadores.

Atuamos com o governo do Estado, para que a atividade industrial pudesse ser considerada atividade essencial em Minas Gerais. Sensibilizamos o fisco federal e estadual para a necessidade de prorrogações e suspensões de prazos para o pagamento de tributos. Participamos da renegociação de prazos para o pagamento de débitos e contas para consumidores industriais e de prazos para financiamento para geradoras e distribuidoras de energia, bem como de prazos para o cumprimento de condicionantes ambientais, de Termos de Ajustamento de Conduta e de cobrança para captação hídrica.

No campo da saúde, participamos, de forma dinâmica, da construção do Hospital de Campanha no Expominas e de leitos exclusivos para o tratamento da Covid-19 no Instituto Mário Penna e no Hospital Mater Dei Betim-Contagem. Com pioneirismo, a FIEMG liderou a indústria em um movimento de arrecadação de fundos para o projeto Inspirar, da empresa Tacom, extremamente exitoso no desenvolvimento de ventiladores pulmonares, com inteligência e componentes mineiros. Os equipamentos estão sendo utilizados em dezenas de hospitais em Minas Gerais. A FIEMG também se uniu a empresas brasileiras no desenvolvimento de uma vacina contra a Covid-19.

PALAVRA DO PRESIDENTE



2020

Por meio do SENAI e do SESI, foram produzidos, em larga escala, itens fundamentais para a proteção da população, como álcool em gel, máscaras e jalecos, além da reparação de respiradores em todo o país, desinfecção de ruas e avenidas e investimento em testes rápidos para a identificação da doença em trabalhadores da indústria e na população mineira. O SESI atuou também de maneira informativa, produzindo conteúdo com orientações sanitárias e de saúde, para que as empresas pudessem seguir operando.

O balanço de 2020 ainda registra a perda de muitas vidas humanas, assim como muitas perdas econômicas. O país contabiliza mais de 170 mil mortes por Covid-19, e projeta-se uma queda em torno de 4% do PIB nacional. Mas realizamos esforços hercúleos para reverter expectativas de perdas muito maiores. Esforços que garantiram respostas positivas diante do tamanho da crise que se instalou. Esforços que garantiram a continuidade de muitas empresas, sobretudo, da indústria. Esforços que preservaram o maior número possível de empregos e de renda mínima, assim como foram dedicados a minimizar o número de óbitos em função da pandemia do novo coronavírus.

Com todas essas fundamentais ações mitigadoras e com os avanços em torno de uma vacina contra a Covid-19, a FIEMG espera que 2021 seja marcado pelo fim gradual das adversidades vividas nos últimos meses. A indústria, cumprindo seu papel perante a sociedade, está pronta para colaborar de forma efetiva com a retomada do crescimento e da geração de oportunidades para todos. Nossa visão é de que voltaremos a crescer no próximo ano, com dezenas de lições aprendidas e com alta de 6% no PIB do setor em Minas Gerais. Estaremos juntos dos mineiros e dos brasileiros nesta necessária e urgente reconstrução.

SÍNTESE

CENÁRIO
INTERNACIONAL



CENÁRIO
BRASIL E MINAS GERAIS



ANÁLISE
SETORIAL



CENÁRIO INTERNACIONAL

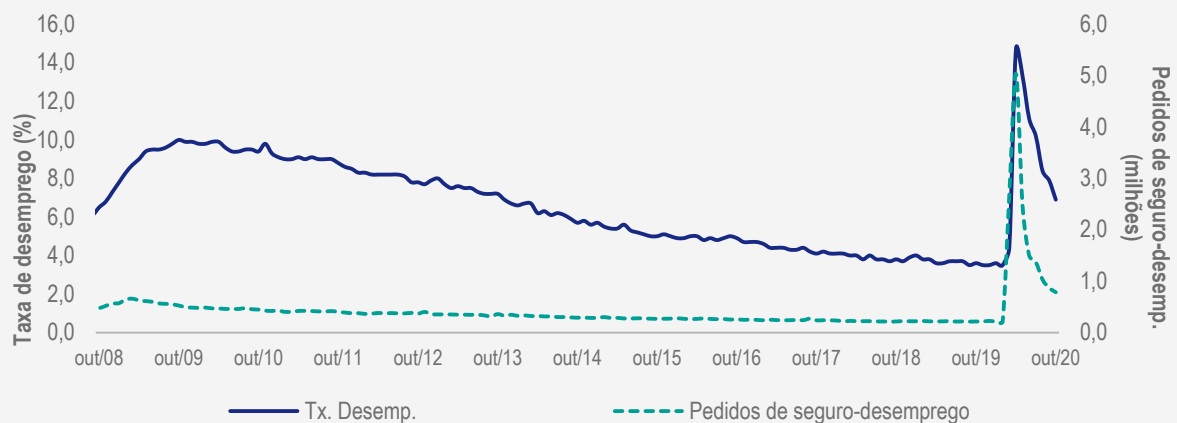
Estados Unidos

No começo de 2020, a economia norte-americana seguia no processo de desaceleração iniciado em 2019. No plano político e das relações internacionais, a eleição presidencial e um possível acordo comercial com a China eram os temas centrais.

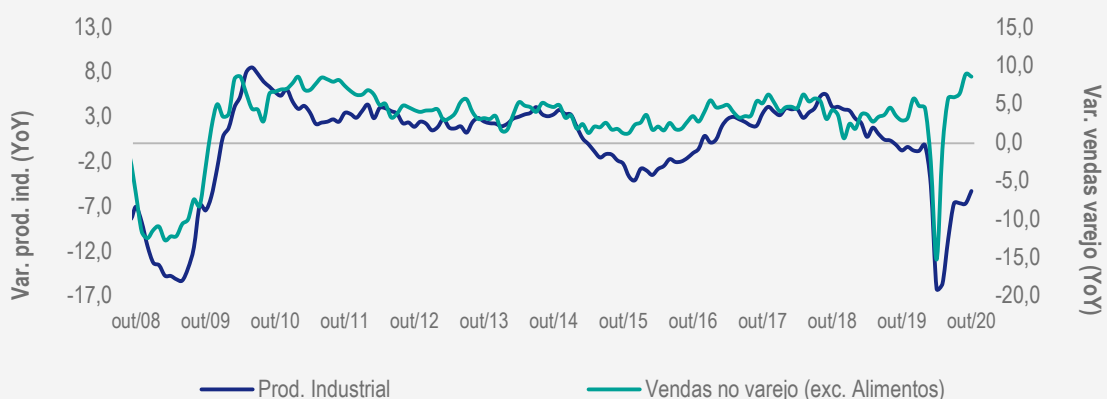
No que se refere à pandemia do novo coronavírus, em janeiro, os primeiros casos de Covid-19 foram registrados, e a doença avançou rapidamente no país. Em março, os EUA ultrapassaram a China em número de casos e de óbitos.

As medidas adotadas para conter a transmissão da doença impactaram negativamente a atividade econômica. Entre março e abril – meses em que as restrições à circulação foram mais severas –, a produção industrial acumulou recuo de 16,5% e as vendas no varejo caíram 17,5%. A taxa de desemprego, que em fevereiro havia atingido a mínima histórica (3,5%), subiu para 14,7% em abril.

MERCADO DE TRABALHO



PRODUÇÃO INDUSTRIAL E VENDAS NO VAREJO

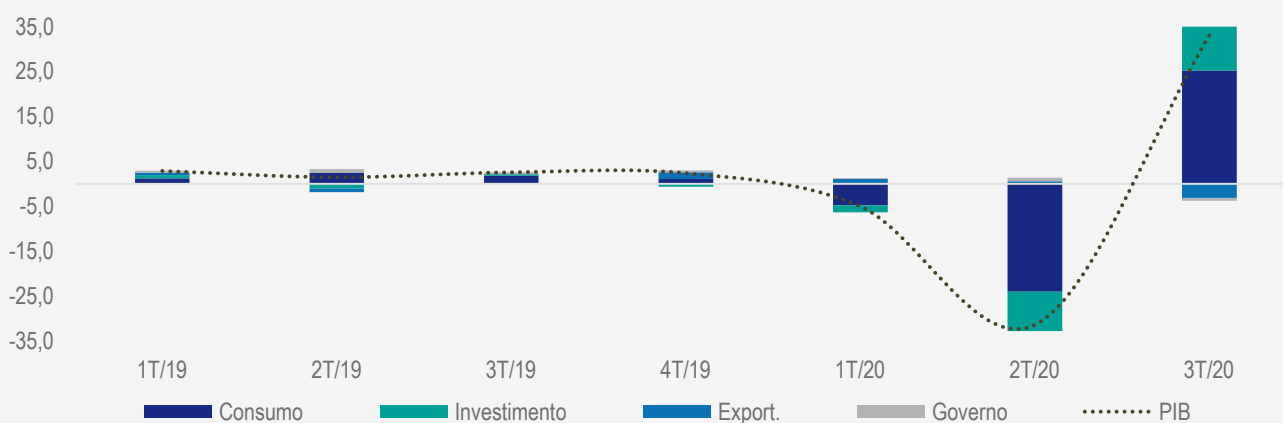


CENÁRIO INTERNACIONAL

Visando mitigar os efeitos negativos provocados pela pandemia, o Banco Central norte-americano (FED) reduziu a taxa básica de juros para o intervalo entre 0% e 0,25% e anunciou a compra de US\$ 700 bilhões em títulos do Tesouro e em títulos lastreados em hipotecas. Também em março, o Congresso e o governo anunciaram o *Cares Act* – pacote de US\$ 2,2 trilhões em estímulos fiscais que incluía pagamentos em dinheiro para cidadãos (coronavoucher), extensão de benefícios aos desempregados, programa de financiamento aos trabalhadores autônomos, empresas e organizações sem fins lucrativos e ajuda financeira às grandes corporações e aos governos estaduais e regionais.

A partir de maio, a flexibilização das medidas de isolamento social, somada às políticas anticíclicas, contribuiu para a reversão das perdas econômicas registradas nos meses anteriores. Os pedidos de seguro-desemprego, que chegaram a 6 milhões em março, caíram para cerca de 1,8 milhão em maio, e a taxa de desemprego passou de 14,7% em abril para 6,9% em outubro. A produção industrial acumulou avanço de 11,2% de maio a outubro, enquanto as vendas no varejo cresceram 20,5% no período. O PIB cresceu 7,4% no terceiro trimestre, após queda de 9% no segundo trimestre. Contudo, a economia norte-americana ainda encontra-se 3,3% abaixo do nível registrado no último trimestre de 2019.

PIB e CONTRIBUIÇÕES*

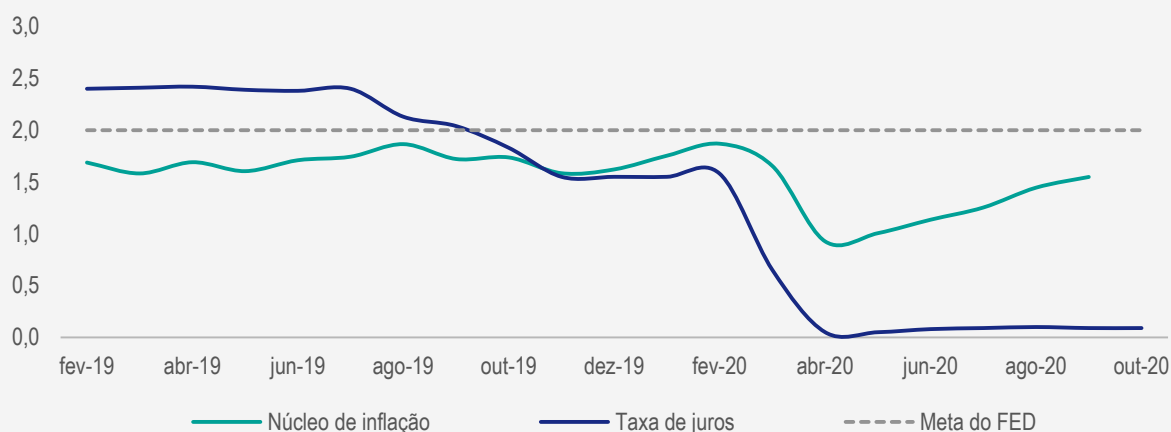


*trimestre contra trimestre – anualizado e em %.

Com o objetivo de dar mais apoio à recuperação do mercado de trabalho, o FED anunciou, em agosto, uma robusta mudança de política monetária. No lugar de perseguir uma inflação fixa de 2% ao ano, o Banco Central passou a ter como meta uma inflação média de 2% ao longo do tempo e indicou a manutenção de juros próximos a zero por mais tempo.

CENÁRIO INTERNACIONAL

INFLAÇÃO E JUROS (%)



Os aumentos de novos casos de infecção e hospitalização pela Covid-19, bem como a adoção de novas medidas de isolamento social em algumas regiões, colocam em risco a recuperação americana no quarto trimestre de 2020. Concomitantemente às preocupações com a pandemia e com a recuperação da economia, os meses de outubro e novembro foram marcados pela disputa presidencial.

A vitória do democrata Joe Biden e a composição do Congresso equilibrada entre democratas (Câmara dos Deputados) e republicanos (Senado) animaram os mercados, sobretudo com a possibilidade de um acordo para um novo pacote de estímulos fiscais no próximo ano, que dê mais suporte à recuperação da economia.

Em 2021, os principais assuntos da agenda econômica serão a condução da crise do coronavírus pelo presidente eleito, as relações comerciais com a China, a adoção de um novo pacote de estímulos fiscais e a reação da economia com a chegada de uma vacina contra a Covid-19.

Nesse cenário, o Fundo Monetário Internacional (FMI) estima redução do PIB de 4,3% em 2020 e crescimento de 3,1% em 2021.

CENÁRIO INTERNACIONAL

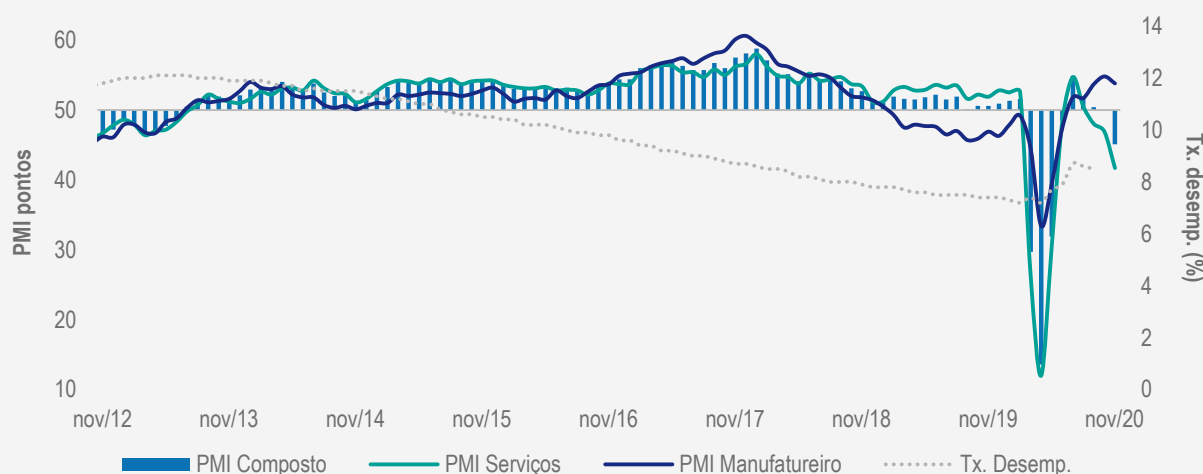
Área do Euro e Reino Unido

No período que antecedeu a chegada do coronavírus na Área do Euro e no Reino Unido, os focos de atenção estavam no baixo crescimento da economia, na instabilidade fiscal da Itália e nas negociações de um acordo comercial pós-Brexit. A chegada de Christine Lagarde, ex-FMI, ao comando do Banco Central Europeu (BCE) e o direcionamento da política monetária sob sua gestão também alimentavam o debate econômico.

Com o registro dos primeiros casos do novo coronavírus no final de janeiro e a rápida propagação da Covid-19 na Itália, na Espanha, na França e no Reino Unido, a Europa foi declarada o epicentro da doença em março. Como reação, vários países adotaram o *lockdown* estrito, com fechamento de escolas, de universidades e do comércio não essencial.

A grave crise sanitária produziu impactos econômicos negativos de grande proporção na região, sobretudo no setor de serviços e na indústria. Entre fevereiro e abril, o Índice de Atividade dos Gerentes de Compras PMI-Composto da Área do Euro (indústria e serviços) passou de 51,6 pontos para 13,6 pontos – o menor valor da série histórica. O índice varia de 0 a 100 pontos, com resultados abaixo de 50 pontos sinalizando contração na atividade econômica. A taxa de desemprego, que apresentava recuo gradual desde 2013, subiu de 7,2% (março) para 8,4% (outubro). A adoção de políticas de proteção ao emprego pelos governos europeus evitou um avanço mais expressivo do desemprego.

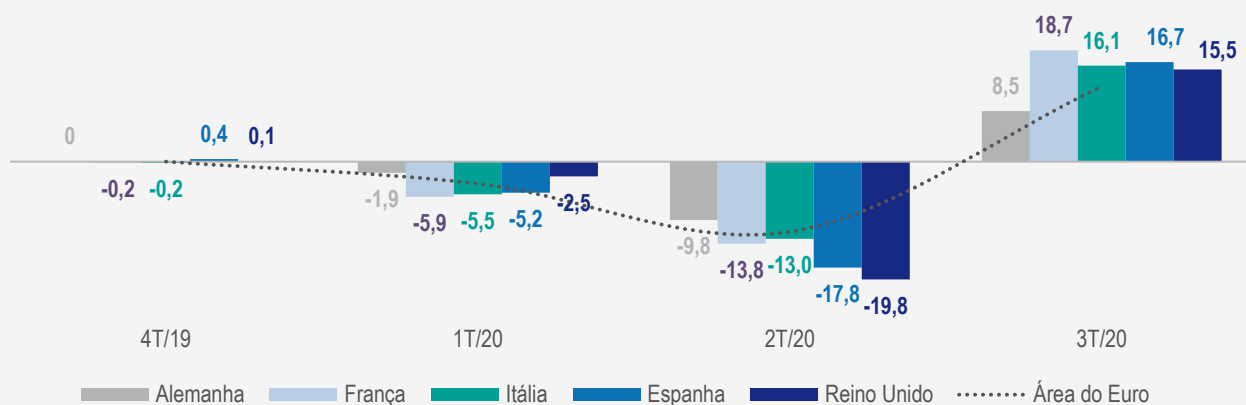
PMI E TAXA DE DESEMPREGO – ÁREA DO EURO



CENÁRIO INTERNACIONAL

O PIB da Área do Euro caiu 11,8% no segundo trimestre, influenciado pelos recuos da Espanha (-17,8%), da França (-13,8%) e da Itália (-13%), países onde as medidas de isolamento social foram mais rigorosas. Na Alemanha, maior economia do bloco, o PIB contraiu 9,8% no período.

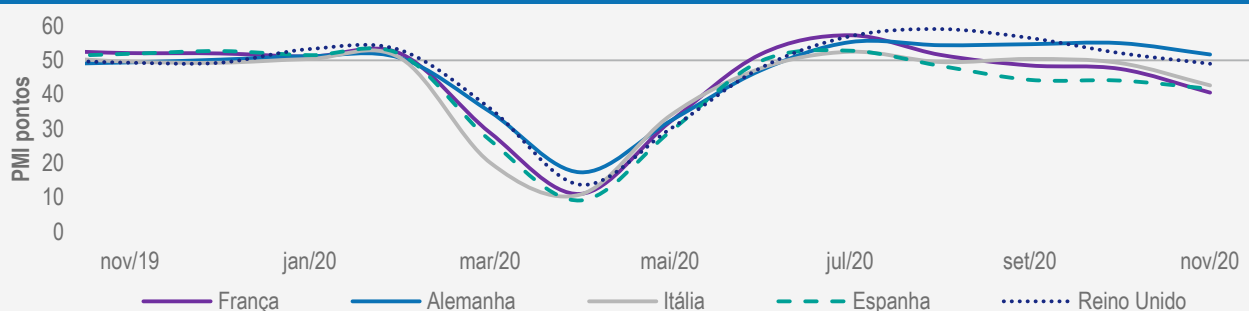
CRESCIMENTO NAS PRINCIPAIS ECONOMIAS (%)



Com o intuito de minimizar os impactos econômicos da crise epidemiológica, o BCE anunciou a redução nas taxas de juros das operações de refinanciamento de longo prazo, ampliou em € 120 bilhões o programa de compra de ativos e anunciou um programa emergencial de € 750 bilhões de compra de títulos públicos. Em abril, após semanas de negociações, o bloco chegou a um acordo para a criação de um pacote de estímulos fiscais de € 500 bilhões, que envolvia recursos para financiar empresas, fundos de proteção aos trabalhadores e uma linha de crédito para o Mecanismo de Estabilidade Europeu – programa de auxílio a países em dificuldades orçamentárias.

A flexibilização do isolamento social a partir de maio, combinada com os estímulos fiscais e monetários, contribuiu para a recuperação gradual da região. O PMI-Composto saiu de 13,6 pontos (abril) para 31,9 pontos (maio), chegando a 54,9 pontos (julho). O setor manufatureiro foi beneficiado pelo crescimento do consumo de bens, reprimido nos meses de isolamento social.

PMI COMPOSTO – PRINCIPAIS ECONOMIAS



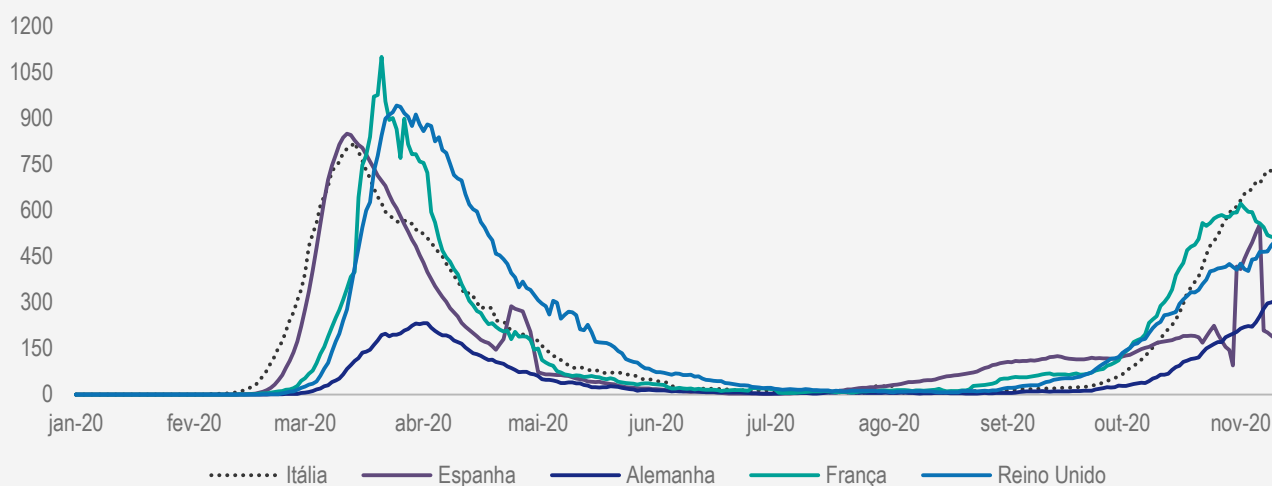
CENÁRIO INTERNACIONAL

O PIB da região cresceu 12,6% no terceiro trimestre, influenciado pelo desempenho positivo da França (18,7%), da Espanha (16,7%), da Itália (16,11%) e da Alemanha (8,5%). A Alemanha tem se beneficiado do crescimento das exportações para a Ásia, especialmente para a China, que vem dando suporte à recuperação da sua indústria.

A expansão econômica da Área do Euro, no terceiro trimestre, não foi suficiente para recuperar as perdas dos dois trimestres anteriores. O PIB da Área do Euro ainda ficou 4,4% abaixo do nível registrado no quarto trimestre de 2019.

O avanço do número de casos de Covid-19 a partir de outubro e a adoção de medidas de restrição à circulação de pessoas em algumas regiões resultaram em nova deterioração do ambiente econômico. É esperada uma contração do PIB da região no último trimestre de 2020, a despeito da expansão do setor industrial, puxada pela indústria alemã.

MORTES POR COVID-19 – MÉDIA MÓVEL SETE DIAS



A Área do Euro e o Reino Unido devem encerrar o ano com quedas no PIB de 8,3% e 9,8%, respectivamente. Para 2021, é esperada uma recuperação parcial nas duas regiões: 5,2% na Área do Euro e 5,9% no Reino Unido. A possibilidade de chegada de uma vacina contra a Covid-19 tende a favorecer esse cenário. No entanto, o aumento dos casos de coronavírus, um acordo comercial pós-Brexit e o final do mandato de Angela Merkel, na Alemanha, serão desafios adicionais a serem enfrentados.

CENÁRIO INTERNACIONAL

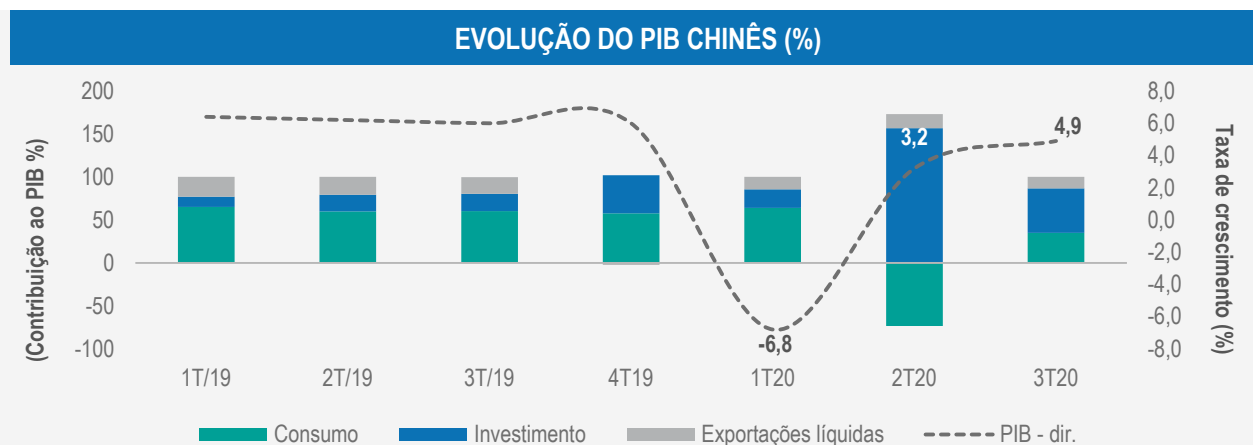
China

Em dezembro de 2019, a cidade mais populosa da China Central – Wuhan – chamou a atenção do mundo para a manifestação de um novo coronavírus, que deu origem à maior pandemia global dos últimos 100 anos.

A Covid-19, nome dado à referida doença, levou as autoridades locais a adotarem restrições severas de circulação de pessoas e a proibirem o funcionamento das empresas de diversos setores, tendo em vista o risco iminente de avanço da enfermidade para todo o território chinês, bem como o risco de mortes e de um colapso do sistema de saúde.

Logo no primeiro mês de 2020, o *lockdown* foi adotado em algumas cidades, buscando conter o crescimento da Covid-19 no país. A medida vigorou, inclusive, durante os três dias do feriado do Ano Novo Lunar – período no qual muitos cidadãos se deslocam entre as regiões industriais e as suas cidades natais.

Além dos efeitos negativos para a própria economia chinesa, a crise sanitária afetou as cadeias globais de valor. Muitas fábricas chinesas voltaram às atividades apenas em fevereiro, provocando a falta de peças e de componentes industriais no restante do mundo. O PIB chinês registrou queda anualizada de 6,8% no primeiro trimestre – a primeira da série histórica, iniciada em 1992. O resultado foi influenciado pelos recuos do investimento (-16,1%), do consumo (-18,1%) e das exportações (-13,4%).

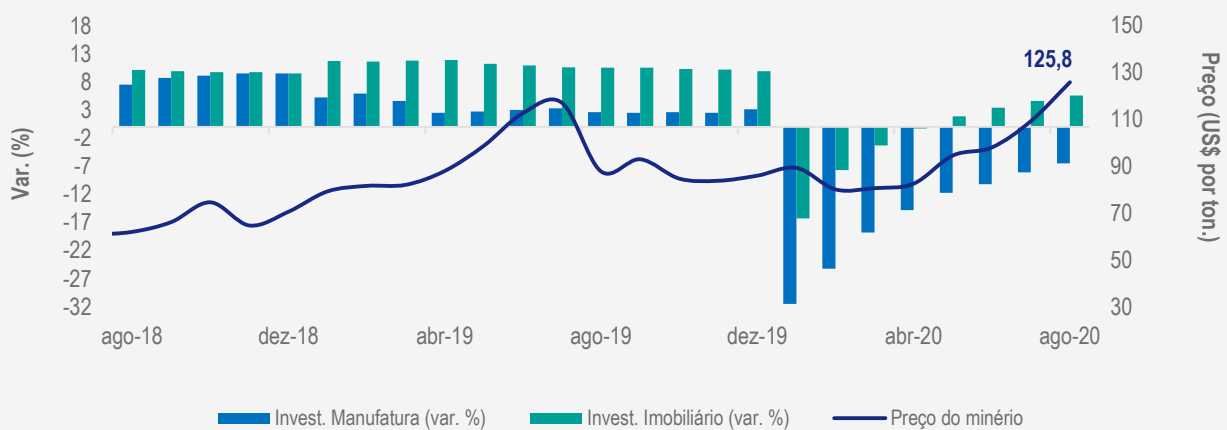


Visando mitigar tais efeitos negativos, as autoridades chinesas adotaram medidas de estímulo econômico, como isenções fiscais, redução de taxas de financiamento, melhores condições de crédito corporativo e aumento do limite de endividamento de governos locais, com o objetivo de aumentar os investimentos em infraestrutura. Diferentemente das medidas econômicas adotadas pela maioria dos países, como os Estados Unidos e os países da Área do Euro, os estímulos chineses foram mais focalizados em auxílio às empresas e menos concentrados em ajuda às famílias.

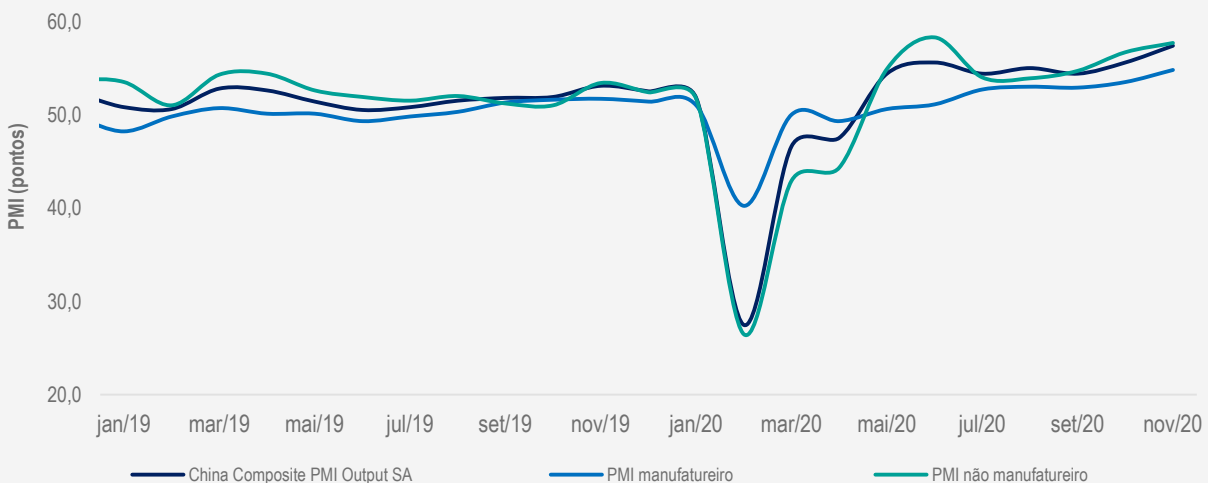
CENÁRIO INTERNACIONAL

Como resposta às políticas estimulativas e ao relaxamento gradual do *lockdown*, a economia chinesa exibiu forte recuperação. O avanço da demanda interna e a retomada da atividade em vários países impulsionaram o crescimento do PIB da China em 3,2% no segundo trimestre e em 4,9% no terceiro trimestre. De janeiro a setembro, o investimento avançou 0,8%, puxado pelo investimento imobiliário (6,3%). O investimento em infraestrutura avançou 0,2% no mesmo período. As vendas no varejo, que tinham recuado 19% no primeiro trimestre, recuperaram parte das perdas, acumulando queda de 5,9% até setembro. O mesmo comportamento foi observado para as exportações. Após a contração de 13,4% de janeiro a março, as vendas externas chinesas acumularam recuo de apenas 0,8% até setembro.

INVESTIMENTO E PREÇO DO MINÉRIO DE FERRO



PMI*



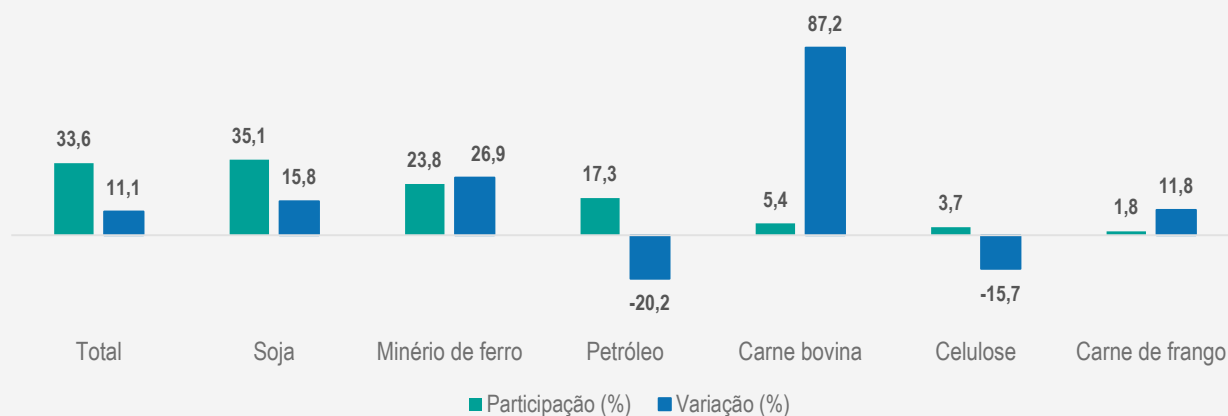
* O Índice de Atividade dos Gerentes de Compras (PMI) varia de 0 a 100 pontos, com valores acima de 50 pontos indicando avanço na atividade econômica.

CENÁRIO INTERNACIONAL

A pandemia de Covid-19 reduziu as exportações brasileiras para parceiros comerciais, como Estados Unidos, União Europeia e Argentina. Ao mesmo tempo, a participação da China na balança comercial brasileira saltou de 27,8% (2019) para 33,6% (2020). De janeiro a outubro, as exportações do Brasil para o mercado chinês avançaram 11,1%. Os embarques de soja, que tinham recuado em 2019, devido à peste suína africana, cresceram 15,8% no período. Também merecem destaque o crescimento dos embarques de carnes bovina (87,2%) e de frango (11,8%). Em contrapartida, as exportações de petróleo e de celulose caíram 20,2% e 15,7%, respectivamente.

A economia chinesa deve encerrar 2020 com crescimento do PIB de 1,9%. Para 2021, a expectativa é de avanço de 8,2%, segundo o FMI. A reorientação econômica da China para o consumo interno e as relações comerciais com os EUA sob a gestão do presidente Joe Biden voltarão para o centro das atenções das autoridades locais.

PRODUTOS BRASILEIROS EXPORTADOS PARA A CHINA (US\$)



CENÁRIO INTERNACIONAL

América Latina

Em função da crise provocada pela pandemia da Covid-19, o FMI projeta uma retração de 8,1% da economia latino-americana em 2020, configurando seu pior desempenho desde 1960. A Organização Mundial do Comércio (OMC) estima que o comércio mundial cairá 32%, impactando o mercado da região. Grande parte da América Latina tem como uma de suas principais receitas a exportação de *commodities*. As reduções no valor das exportações e das importações do bloco podem chegar a 25% e 23% no ano, respectivamente. Outro agravante é a desvalorização do preço internacional do petróleo, ameaçando os latino-americanos a vivenciarem uma de suas maiores recessões em mais de meio século.

De acordo com a Comissão Econômica da ONU para a América Latina e o Caribe (Cepal), a atividade de turismo da região caiu 50% desde o início das medidas de isolamento social. Adicionalmente, a Cepal prevê uma queda brusca na produção doméstica, bem como em diversas atividades de serviços latino-americanas. De janeiro a maio, houve redução de 29,5% no valor da economia de serviços e de 16% no valor da comercialização de produtos, segundo informações do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Dentre os países latino-americanos, a Venezuela deve ser um dos mais prejudicados, com retração do PIB de 25%, seguido por Peru (-13,9%), Argentina (-11,8%) e Equador (-11%). Já o Brasil será um dos países da região com a economia menos afetada, com queda do PIB prevista, ao final do ano, em 5,8% pelo FMI e em 4,81% pelo mercado brasileiro. A preocupação maior dos analistas é o curto espaço fiscal para a adoção de políticas expansionistas, dado o elevado e crescente endividamento dos países. Diante desse quadro, o papel dos bancos de desenvolvimento, do FMI e do Banco Mundial será fundamental no processo de auxílio financeiro para a recuperação da economia regional.

PROJEÇÕES PIB (%)

PAÍSES	2020	2021	PAÍSES	2020	2021
Argentina	-11,8	4,9	Honduras	-6,6	4,9
Bolívia	-7,9	5,6	México	-9,0	3,5
Brasil	-5,8	2,8	Panamá	-9,0	4,0
Chile	-6,0	4,5	Paraguai	-4,0	5,5
Costa Rica	-5,5	2,3	Peru	-13,9	7,3
Colômbia	-8,2	4,0	Nicarágua	-5,5	-0,5
El Salvador	-9,0	4,0	República Dominicana	-6,0	4,0
Equador	-11,0	4,8	Uruguai	-4,5	4,3
Guatemala	-2,0	4,0	Venezuela	-25,0	-10,0

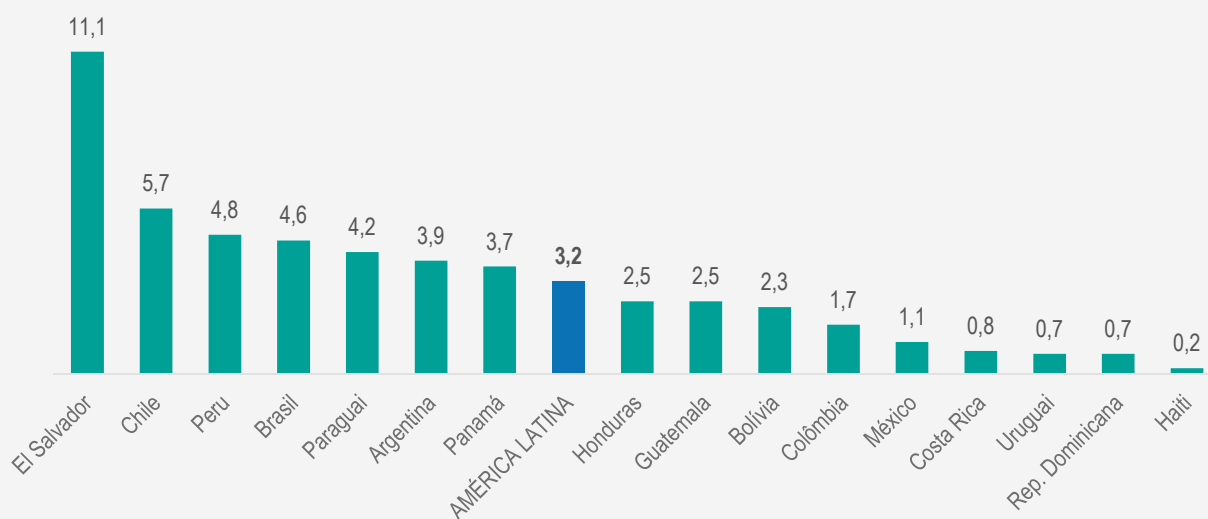
CENÁRIO INTERNACIONAL

A despeito do endividamento elevado da maioria dos países do bloco, a expansão fiscal foi amplamente utilizada como principal medida de enfrentamento dos efeitos negativos da pandemia.

As medidas de proteção ao emprego e à renda, além dos investimentos em saúde, alcançaram 11,1% do PIB em El Salvador, por exemplo. Na média de 16 países da América Latina, esse percentual foi de 3,2% do PIB.

Merece destaque o alto nível de desemprego na América Latina. A projeção da Cepal é de uma taxa de 13,5% para 2020, o que representa 18 milhões de pessoas desempregadas a mais que em 2019, e alcança o total de 44,1 milhões de desocupados. Para efeito de comparação, a taxa de desemprego na região atingiu 7,9% na crise mundial de 2009. Com a estimativa de fechamento de mais de 2,7 milhões de micro e pequenas empresas, o impacto na renda familiar amplia em 37,7% o número de pessoas em situação de pobreza em relação a 2019, alcançando 230,9 milhões de latino-americanos.

INCENTIVOS FISCAIS PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA (em % do PIB)





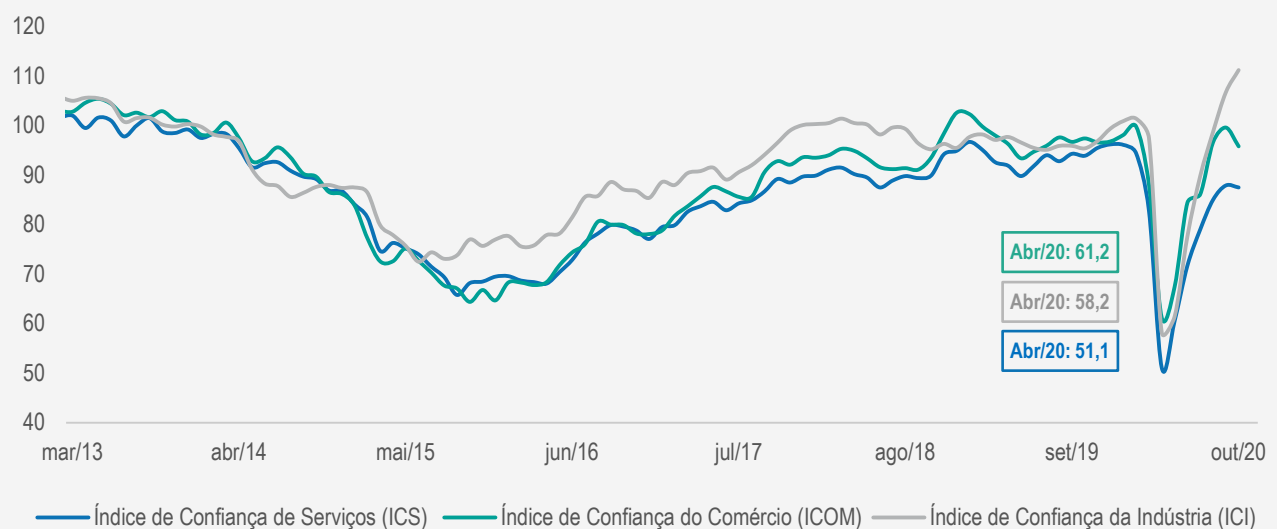
Atividade Econômica

Após fraco desempenho da atividade no último trimestre de 2019, os meses de janeiro e fevereiro de 2020 surpreenderam positivamente. Em janeiro, indústria e serviços mostraram crescimento razoável. Em fevereiro, o desempenho da produção industrial foi mais fraco, porém, ainda positivo, e os serviços mantiveram-se com boa performance. Até então, os resultados mostravam uma recuperação gradual e constante da recessão ocorrida de 2014 a 2016.

No primeiro bimestre, quando o surto do novo coronavírus limitava-se à China e a outros poucos países, as preocupações no Brasil se restringiam aos efeitos na redução das exportações, por conta da queda na demanda, e no desabastecimento de insumos importados. De modo geral, os empresários nos diferentes setores permaneciam otimistas, como mostravam os índices de confiança.

Entretanto, a rápida propagação da doença e o receio de um colapso no sistema de saúde brasileiro diante da gravidade da crise sanitária vigente levaram as autoridades brasileiras a adotarem estratégias de distanciamento social a partir da segunda quinzena de março. Embora tenha garantido um processo mais regular de tratamento dos doentes, o distanciamento social revelou como efeito colateral a paralisação de diversas atividades econômicas, provocando, de forma súbita, choques de oferta e de demanda na economia do país. Atividades econômicas foram interrompidas por determinação de autoridades ou por comportamento social. Além disso, o coronavírus instalou a “economia do medo” e da incerteza, potencializando reações que deterioraram ainda mais o ambiente econômico e revertendo o clima de otimismo que prevalecia no primeiro bimestre de 2020.

ÍNDICES DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO*



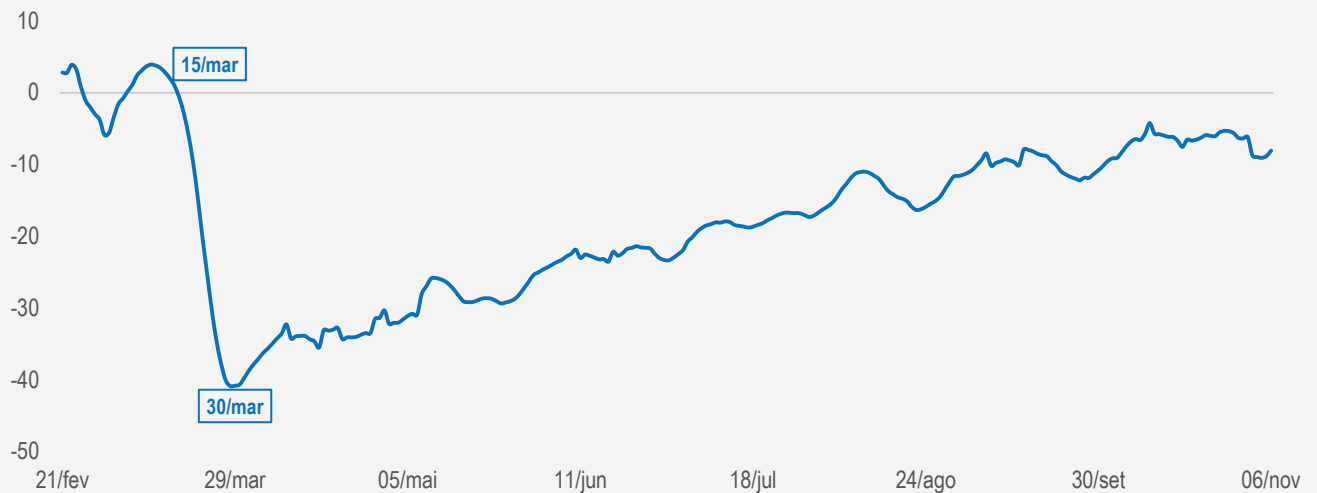
* Índice dessazonalizado.

CENÁRIO NACIONAL



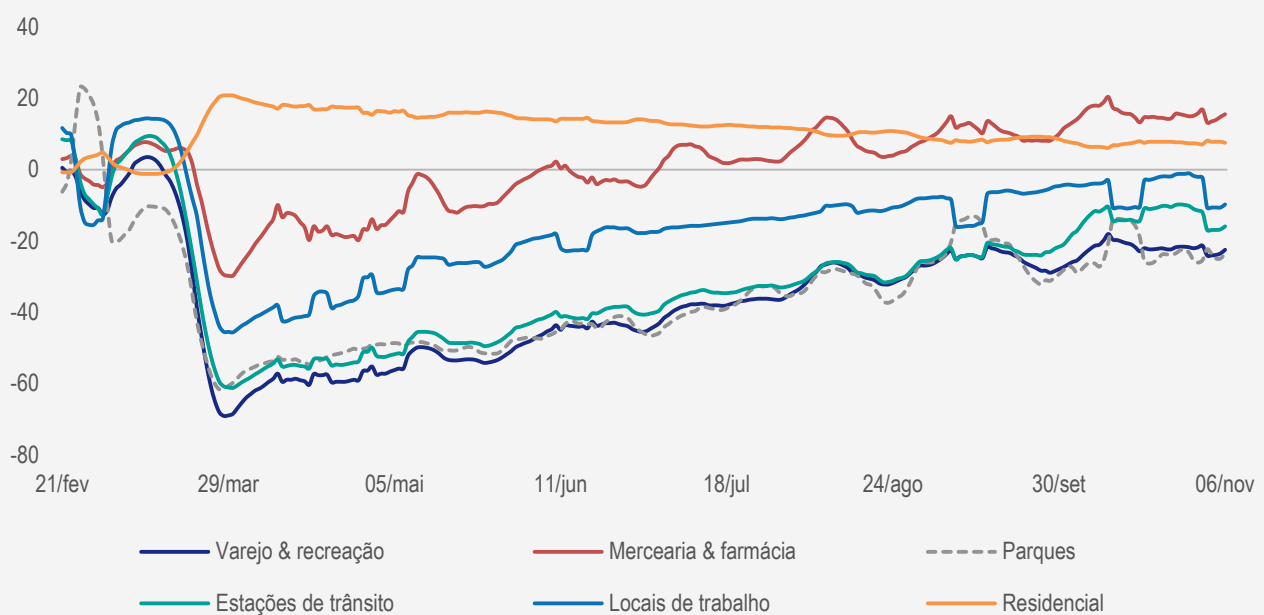
A partir de então, a mobilidade média das pessoas caiu de forma vertiginosa, afetando mais intensamente o setor de serviços, responsável por aproximadamente 70% do PIB brasileiro.

MUDANÇA NA MOBILIDADE MÉDIA DOS INDIVÍDUOS



Variação percentual sobre a baseline do período, média móvel de sete dias.

MUDANÇA NA MOBILIDADE DOS INDIVÍDUOS POR ATIVIDADE



Variação percentual sobre a baseline do período, média móvel de sete dias.

CENÁRIO NACIONAL



Como resultado, o PIB nacional recuou 1,5% no primeiro trimestre de 2020, em relação ao trimestre anterior, interrompendo a tendência de crescimento gradual observada a partir de 2017, quando o país saiu da mais aguda recessão econômica da sua história.

No segundo trimestre, o PIB brasileiro registrou intenso recuo, de 9,6%, frente ao primeiro trimestre, refletindo o auge dos efeitos deletérios da crise sanitária na economia. Houve contrações expressivas nos produtos da indústria (-13%) e dos serviços (-9,4%). Na agropecuária, houve retração mais amena (-0,2%) no período. No setor industrial, todos os segmentos apresentaram retrações, com destaque para a indústria de transformação (-19,1%). Nos serviços, os setores de comércio (-13,7%), transporte, armazenagem e correio (-19%) e outros serviços (-16,9%) foram os mais impactados, por englobarem atividades especialmente afetadas pelas restrições de mobilidade.

PRODUTO INTERNO BRUTO – ÓTICA DA OFERTA (var. %)*

Descrição	2019		2020		
	III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri
PIB a preços de mercado	-0,2	0,2	-1,5	-9,6	7,7
Agropecuária	1,6	-1,7	2,9	-0,2	-0,5
Indústria Geral	-0,2	0,1	-0,9	-13,0	14,8
Extrativa Mineral	9,5	1,2	-2,5	-0,3	2,5
Transformação	-1,9	0,9	-1,1	-19,1	23,7
Construção Civil	-0,4	-3,8	-1,7	-8,1	5,6
Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água	-1,2	0,5	0,3	-5,1	8,5
Serviços	0,2	0,4	-1,5	-9,4	6,3
Comércio	0,5	-0,2	-1,1	-13,7	15,9
Transporte, Armazenagem e Correio	0,4	0,0	-2,0	-19,0	12,5
Serviços de Informação	1,0	1,1	-2,2	-3,2	3,1
Intermediação Financeira, Seguros, Previdência Complementar e Serviços Relativos	1,5	1,4	0,2	2,6	1,5
Outros Serviços	-0,3	0,8	-5,1	-16,9	7,8
Atividades Imobiliárias e Aluguel	0,2	0,1	0,8	0,8	1,1
Administração, Saúde e Educação Públicas	-0,7	0,8	-1,6	-7,0	2,5

* Trimestre ante trimestre anterior – dados dessazonalizados.

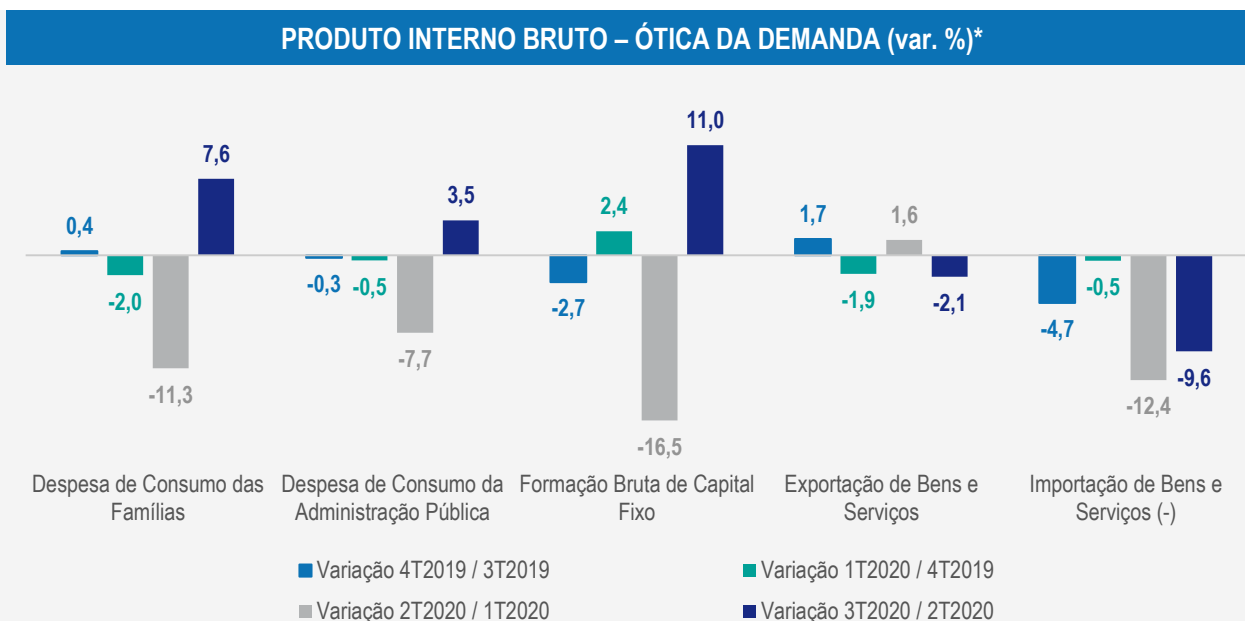
Após registrar baixa histórica no segundo trimestre, houve forte reação no terceiro trimestre: o PIB brasileiro aumentou 7,7% frente ao trimestre anterior. A indústria e os serviços avançaram 14,8% e 6,3%, respectivamente. Apenas a agropecuária recuou – 0,5% no período.

No setor industrial, todos os segmentos cresceram, destacando-se a indústria de transformação (23,7%). Nos serviços, os segmentos que registraram as maiores expansões foram aqueles que tinham sido mais impactados negativamente no segundo trimestre: comércio (15,9%), transportes, armazenagem e correio (12,5%) e outros serviços (7,8%).



Pela ótica da demanda, a pandemia afetou significativamente o consumo das famílias. No primeiro trimestre, a queda do consumo foi de 2% em relação ao quarto trimestre de 2019, interrompendo a sequência de 12 trimestres de crescimento, período no qual acumulou alta de 7,9%. Os gastos do governo (-0,5%), as exportações (-1,9%) e as importações (-0,5%) também recuaram no período. Por sua vez, a formação bruta de capital fixo avançou 2,4%.

No segundo trimestre, frente ao primeiro trimestre, a maioria dos componentes da demanda mostrou retração histórica: o consumo das famílias, a formação bruta de capital fixo e as importações recuaram 11,3%, 16,5% e 12,4%, respectivamente. Apenas as exportações apresentaram resultado positivo, de 1,6%, repercutindo o bom desempenho nas vendas de produtos básicos.



* Trimestre ante trimestre anterior – dados dessazonalizados.

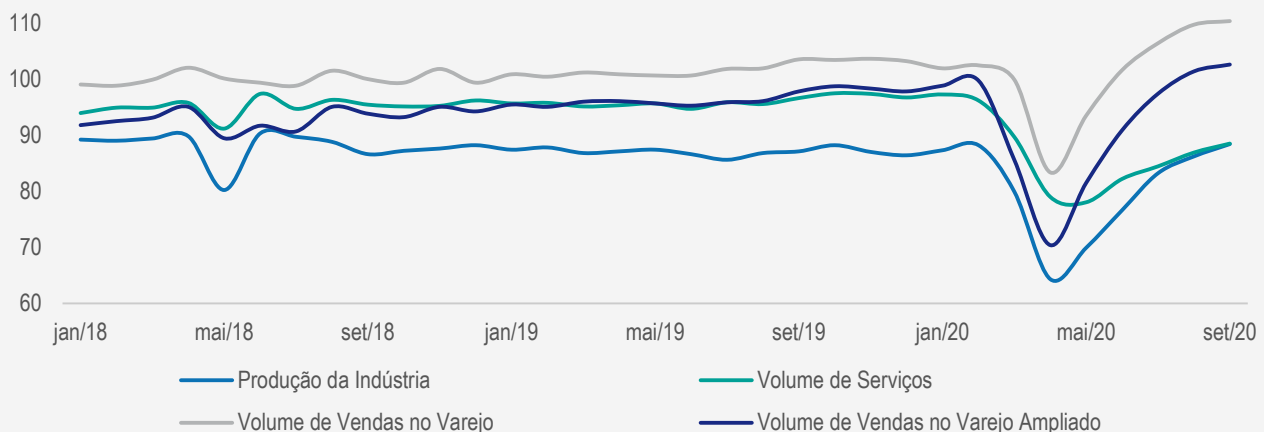
O terceiro trimestre caracterizou-se pela recuperação da maioria dos componentes da demanda final. O consumo das famílias, impulsionado pelos programas de suporte à renda, avançou 7,6%. O consumo do governo aumentou 3,5% e a formação bruta de capital fixo cresceu 11%. Em contrapartida, as exportações e as importações caíram 2,1% e 9,6%, respectivamente.

O afrouxamento das medidas de isolamento social, a partir de maio, combinado com os programas do governo federal de suporte à renda e à manutenção do emprego, reverteu a trajetória de queda intensa da atividade econômica. Entretanto, a retomada das atividades se deu em ritmos distintos. Enquanto o comércio e a indústria experimentam rápida e intensa retomada, o setor de serviços convive com uma recuperação mais lenta.

CENÁRIO NACIONAL



PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA, VOLUME DE SERVIÇOS, VENDAS NO VAREJO E VAREJO AMPLIADO*



*inclui veículos, motos, peças e materiais de construção.

Após intensas quedas registradas no primeiro e segundo trimestres, as vendas no varejo atingiram, em setembro, o maior patamar da série histórica, ficando 8,2% acima do nível registrado em fevereiro – mês que antecedeu o início da pandemia. O processo de rápida recuperação foi influenciado pela concessão do Auxílio Emergencial, com forte alcance na população mais vulnerável e com grande propensão ao consumo. Além disso, fatores como a flexibilização das restrições à circulação, a disseminação do comércio on-line e a substituição do consumo de alguns serviços por bens contribuíram para a performance positiva do comércio.

Já a retomada do setor de serviços vem ocorrendo de forma mais lenta, com quedas observadas até maio em alguns segmentos. Enquanto segmentos como outros serviços e serviços de informação e comunicação se recuperaram – ou estão próximos do nível pré-pandemia –, os serviços prestados às famílias, serviços profissionais e complementares e transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio ainda estão em níveis muito abaixo do observado em fevereiro.

As atividades que dependem do contato direto entre os indivíduos, como é o caso da maioria dos serviços prestados às famílias, sofreram com a mudança de comportamento do consumidor, marcada pelo receio de contaminação pelo novo coronavírus.



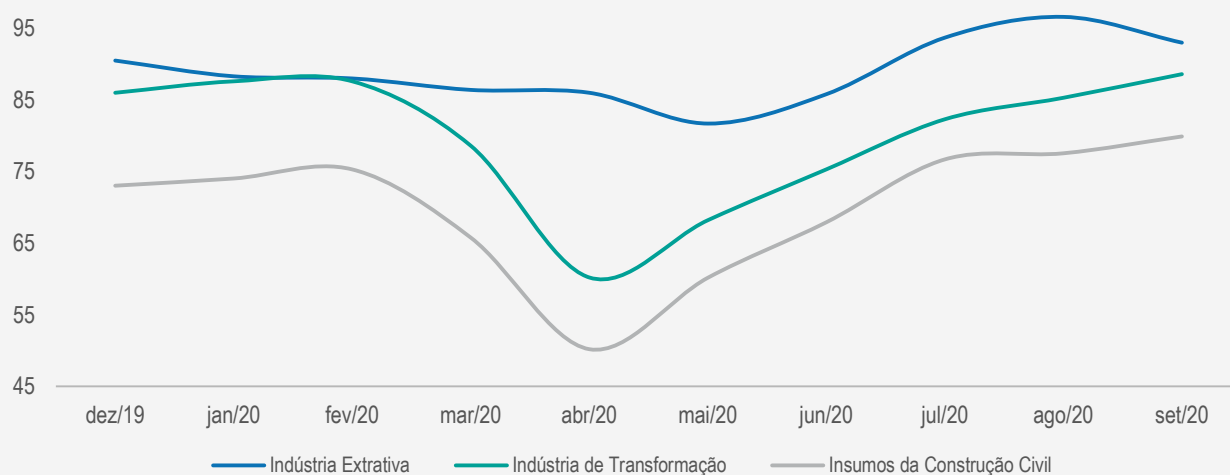
Indústria

Após assinalar queda recorde em abril, no auge dos impactos negativos da pandemia de Covid-19 e da vigência das medidas de distanciamento social, a produção industrial registrou rápida recuperação. Vale observar que tanto a contração quanto a retomada da atividade foi heterogênea entre os setores da indústria brasileira.

A produção da indústria (extrativa e transformação) recuou 19,5% em abril, frente a março, configurando-se como a atividade econômica mais impactada pela pandemia neste período. A queda de 23,4% da produção da indústria de transformação explica, em grande parte, esse resultado. Por outro lado, a produção da indústria extrativa permaneceu estável em abril, após variação mensal de -1,8% em março, sugerindo que o setor sofreu impactos moderados em função da pandemia, quando comparado a outras atividades. É digno de nota que a indústria extrativa registrou quedas importantes da produção, ocasionadas pelas fortes chuvas de início do ano. Entre março e abril, a produção de insumos típicos da construção civil caiu 23,7%.

O decréscimo da produção foi generalizado entre as categorias de uso: bens intermediários (-15%), bens de consumo duráveis (-79,3%), bens semi e não duráveis (-12,5%) e bens de capital (-41,9%).

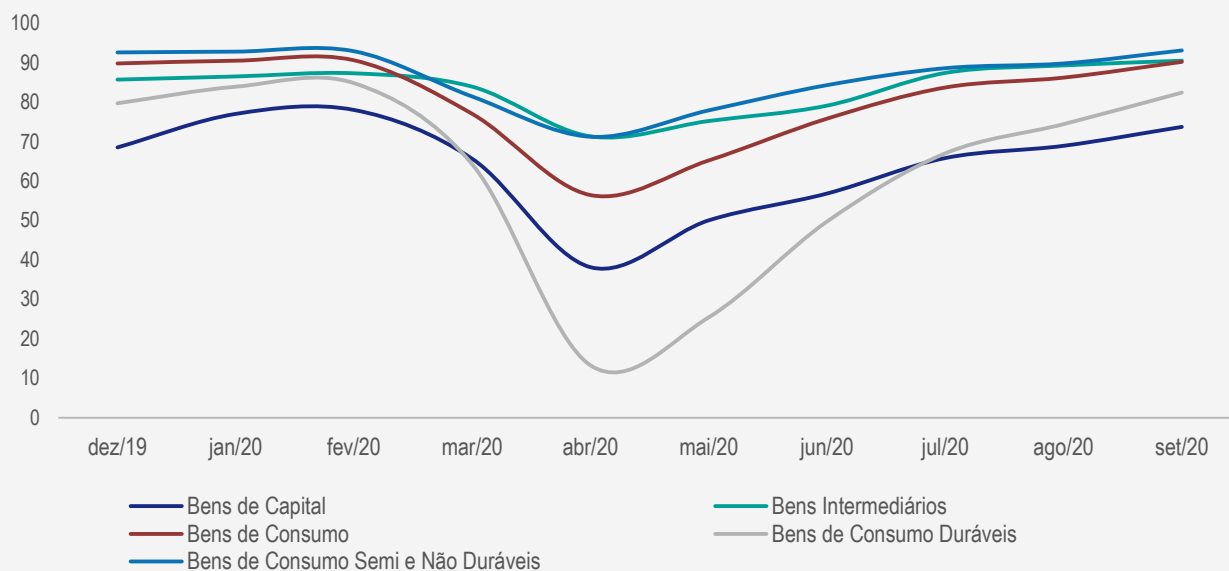
PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR ATIVIDADE*



*Número Índice Média 2012 = 100 - com ajuste sazonal.



PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR CATEGORIA DE USO*



*Número Índice Média 2012 = 100 - com ajuste sazonal.

Passado o período mais intenso da pandemia, o desempenho industrial surpreendeu positivamente. Nos meses de maio a setembro, a produção da indústria geral acumulou alta de 37,5%, superando ligeiramente os níveis de pré-pandemia.

A recuperação da indústria foi influenciada pelo aumento do consumo de bens, impulsionado pelo Auxílio Emergencial. A desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar também contribuiu com o bom desempenho da indústria de duas maneiras: aumento da competitividade dos segmentos industriais orientados para a exportação, com destaque para os produtores de *commodities*, e substituição, pela produção doméstica, de bens que anteriormente eram importados.

Nesse sentido, a indústria de transformação acumulou alta de 47,2% nos meses de maio a setembro. As produções de insumos da construção civil e da indústria extrativa acumularam crescimentos de 59,2% e 8,1%, respectivamente.

As produções de bens intermediários e de bens de consumo semiduráveis e não duráveis apresentaram quedas mais moderadas e recuperação rápida, retornando, em setembro, a patamares próximos dos níveis de pré-pandemia. Em contrapartida, os segmentos de bens de consumo duráveis e de bens de capital foram mais impactados e, apesar da recuperação ocorrida a partir de maio, ainda se situam em patamares inferiores aos do início do ano.

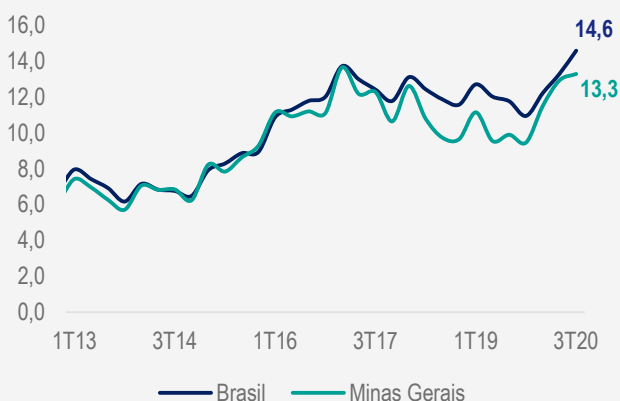


Mercado de Trabalho

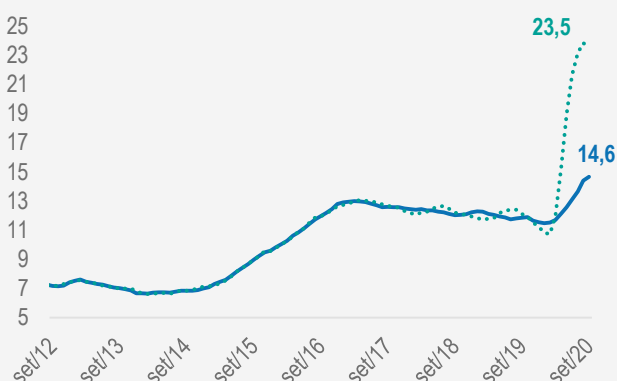
Em 2020, o mercado de trabalho foi severamente afetado pela pandemia de Covid-19. A crise sanitária e as medidas conhecidas para conter a expansão do novo coronavírus no Brasil e evitar um colapso dos sistemas de saúde, dentre elas, o *lockdown* parcial ou total, resultaram em perdas econômicas de grandes proporções e no fechamento de milhares de postos de trabalho. A taxa de desemprego no Brasil saltou de 12,2%, no primeiro trimestre para 14,6% no terceiro trimestre. Em Minas Gerais, o desemprego subiu de 11,5% para 13,3% no mesmo período.

A deterioração do mercado de trabalho nos meses em que as medidas de distanciamento social foram mais intensas não foi integralmente refletida no crescimento da taxa de desemprego, uma vez que as pessoas deixaram de procurar emprego, reduzindo a força de trabalho. Vale lembrar que a taxa de desemprego representa a porcentagem de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas. Participam da força de trabalho as pessoas que têm idade para trabalhar (14 anos ou mais) e que estão trabalhando ou procurando trabalho (ocupadas e desocupadas). Mantida a mesma participação da força de trabalho no nível de fevereiro (pré-pandemia), a taxa de desemprego teria chegado a 23,5% no trimestre encerrado em setembro.

TAXA DE DESEMPREGO – PNAD TRIMESTRAL (%)



TAXA DE DESEMPREGO – PNAD CONTÍNUA (%)



A pandemia de Covid-19 atingiu com maior intensidade os trabalhadores informais. No segundo trimestre, quando a queda na atividade econômica foi mais intensa, os trabalhadores formais perderam 2,8 milhões de postos de trabalho, e os informais, 6 milhões de vagas no país. Em Minas Gerais, a perda de postos de trabalho formais foi de 317 mil, enquanto a de informais foi de 541 mil.

Postos de Trabalho (PNAD)	Brasil			Minas Gerais		
	1T	2T	3T	1T	2T	3T
Formal (em milhares)	-400	-2.837	-1.752	-35	-317	-161
Informal (em milhares)	-1.929	-6.038	870	-347	-541	198
Taxa de informalidade (%)	39,9	36,9	38,2	38,1	35,7	37,8
Total	-2.329	-8.875	-882	-382	-858	37

CENÁRIO NACIONAL



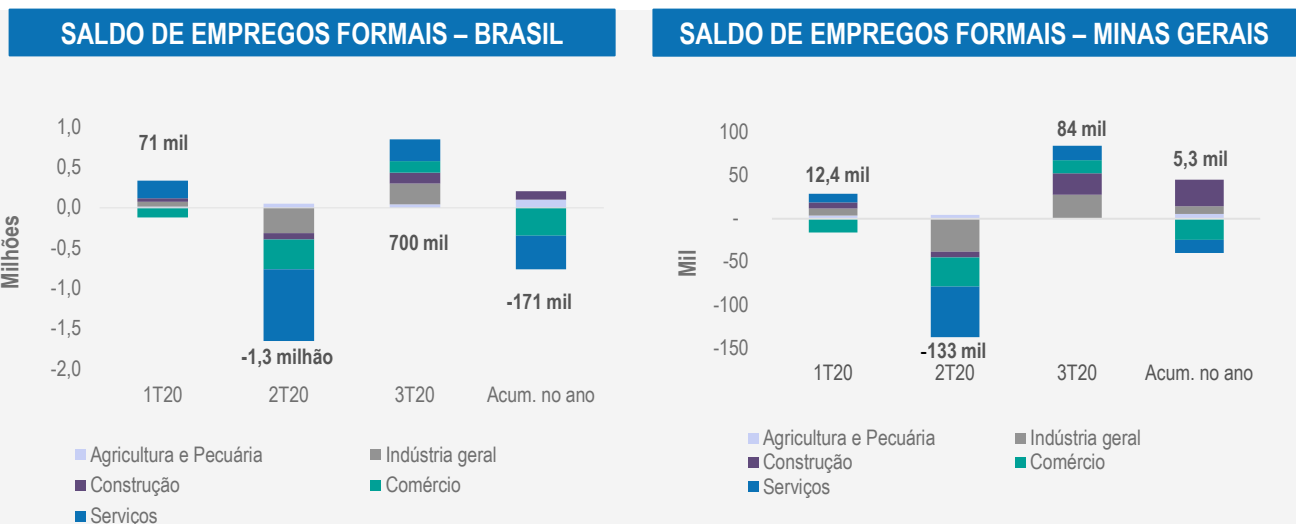
A redução dos postos de trabalho foi mais expressiva nos setores de comércio e de serviços – os mais afetados pelas medidas de isolamento social. Contudo, a indústria e a construção civil também reduziram vagas de emprego. A agropecuária, favorecida pela safra recorde e pela alta nas exportações para a Ásia, foi o único setor com crescimento de vagas no segundo trimestre, período mais crítico da crise econômica.

Os riscos de deterioração do mercado de trabalho levaram o Governo Federal a criar, em abril, o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (Medida Provisória nº 936) e o Auxílio Emergencial (Lei nº 13.982).

O primeiro, voltado à proteção do emprego formal, permitia acordos de redução de jornada ou suspensão de contratos de trabalho por três meses, com uma contrapartida do governo, que arcou com parte do salário em ambos os casos. Os trabalhadores que participaram desse programa ganharam estabilidade durante o período do acordo.

O Auxílio Emergencial, por sua vez, concedia um benefício de R\$ 1.800,00 dividido em três parcelas iguais, com amplo alcance entre trabalhadores informais, autônomos, MEIs e contribuintes do INSS.

Os dois programas foram prorrogados até dezembro, atenuando os efeitos deletérios da crise sanitária e econômica. No que se refere ao mercado formal de trabalho, o saldo do Caged (contratações - demissões) foi positivo em 1,1 milhão de postos de trabalho no Brasil entre julho e outubro. Todos os setores contribuíram positivamente: indústria de transformação (334 mil postos), serviços (270 mil postos), comércio (259 mil postos), construção civil (174 mil) e agropecuária (42 mil).





Em Minas Gerais, de janeiro a outubro, as contratações superaram as demissões no mercado de trabalho formal. No período, o saldo do Caged foi positivo em 5,3 mil postos de trabalho, evidenciando uma recuperação dos empregos perdidos durante a pandemia. A criação líquida de postos de trabalho foi observada na construção civil (31 mil), na indústria de transformação (7 mil) e na agropecuária (6 mil). Como no Brasil, as demissões foram maiores que as contratações nos setores de comércio (-25 mil) e de serviços (-15 mil).

É digno de nota que a avaliação de desempenho do mercado de trabalho exige cautela. Enquanto as estatísticas do Caged refletem somente a variação do emprego formal, a taxa de desemprego, mensurada pela PNAD, reflete o comportamento do emprego formal e informal.

No Brasil, a participação dos trabalhadores informais na força de trabalho é muito elevada (média de 37% em 2020). Esse grupo foi muito prejudicado pela crise econômica provocada pela pandemia. Uma vez incorporado às estatísticas de emprego, registrou-se um contingente de 14,1 milhões de pessoas desocupadas no Brasil no terceiro trimestre, das quais 1,4 milhão estava em Minas Gerais. No primeiro trimestre, o número de desocupados no Brasil e em Minas Gerais era de 12,9 milhões e de 1,3 milhão de pessoas, respectivamente.

Portanto, a despeito do saldo positivo do Caged no terceiro trimestre, a PNAD revela uma piora persistente do mercado de trabalho. Vale lembrar que a taxa de desemprego atingiu 14,6% no Brasil – aumento de 2,8 pontos percentuais em relação ao mesmo trimestre de 2019 e o pior patamar da série histórica.

Perspectivas

A recuperação gradual da economia é influenciada pela magnitude da expansão fiscal para mitigar os efeitos da crise sanitária, com destaque para o Auxílio Emergencial. De acordo com a Instituição Fiscal Independente, o programa deverá injetar R\$ 267,9 bilhões na economia em 2020. Inicialmente pago em parcelas de R\$ 600,00 – depois reduzidas para R\$ 300,00 –, o benefício vem contribuindo para aquecer a economia nos meses que se seguem à flexibilização do isolamento social. Com o fim do programa, previsto para dezembro, e com as indefinições sobre o Renda Brasil, que substituiria o Auxílio Emergencial em 2021, a taxa de desemprego deverá seguir pressionada pelo aumento da população em busca de uma vaga de emprego.

No mercado de trabalho formal, o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda celebrou aproximadamente 19 milhões de acordos, com 9,8 milhões de empregados beneficiados. Com o fim do programa previsto para dezembro, há dúvidas quanto à capacidade das empresas manterem o mesmo quadro de funcionários em uma economia ainda fragilizada.

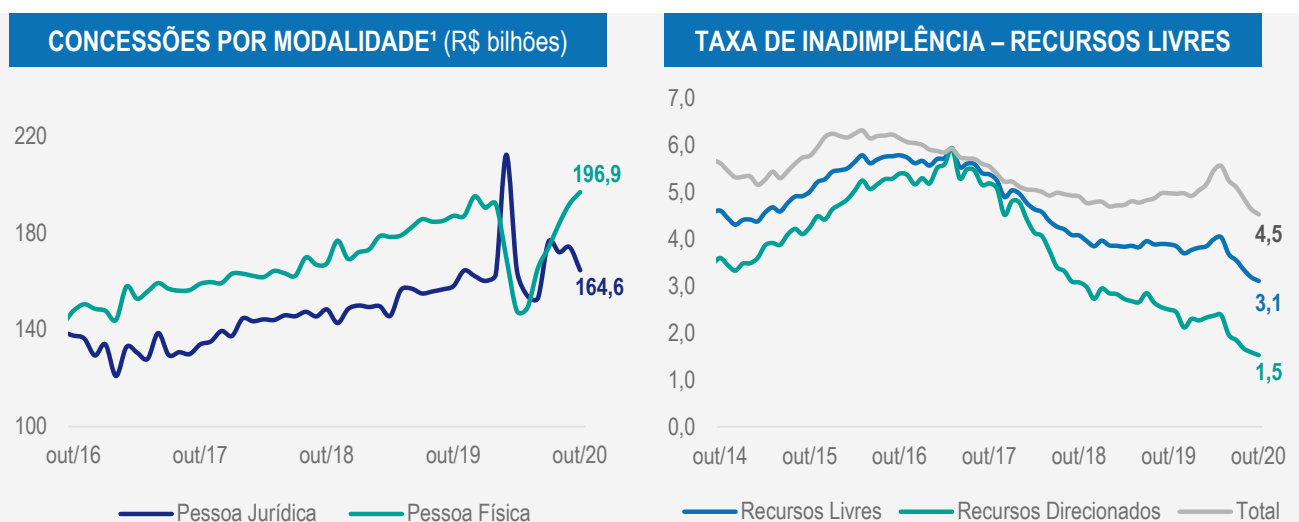


Crédito

Com a crise do novo coronavírus, inúmeras empresas tiveram as suas atividades paralisadas, sobretudo nos setores de comércio e de serviços, bem como assistiram à queda abrupta do faturamento, provocando desequilíbrios nos seus fluxos de caixa. Nesse cenário, o crédito tornou-se essencial para evitar o fechamento de empresas e o desemprego em massa.

Nesse sentido, a atuação do Banco Central do Brasil (BCB) foi fundamental para o enfrentamento da crise econômica gerada pela pandemia. De forma rápida, implementou um conjunto de ações capazes de garantir a liquidez e a estabilidade do sistema bancário, sendo essencial para que o canal de crédito continuasse a funcionar com normalidade.

Como efeito, houve um forte aumento das concessões de crédito para pessoas jurídicas (PJ) em abril (30,4%), na comparação com março. Já as medidas de distanciamento social e a postergação do consumo das famílias reduziram as concessões às pessoas físicas (PF) em 11,6% no mesmo período, o que foi revertido com o relaxamento das medidas de isolamento social e a gradual recuperação econômica. Nos meses de agosto e setembro, as concessões às PFs voltaram à relativa normalidade, retomando a tendência dos meses anteriores à pandemia.



¹ Dados a preços de setembro de 2020 e dessazonalizados.

De acordo com o BCB, a relação crédito/PIB atingiu 53,4% em outubro, contra 47% em outubro de 2019. O crescimento se deveu, em maior grau, ao aumento de 4 pontos percentuais da participação da carteira de PJ, especialmente com recursos livres.

O BCB ofereceu condições especiais, para que bancos pudessem rolar as dívidas dos setores e das pessoas afetados pela crise, surtindo efeito positivo na taxa de inadimplência. As carteiras de crédito de PJ e PF registraram taxas mínimas históricas de inadimplência (1,5% e 3,1%, respectivamente) em outubro. As medidas do governo federal de proteção ao emprego e à renda também contribuíram com esses resultados.



Os sinais para os próximos meses são de expansão do crédito. A continuidade do processo de retomada econômica e as baixas taxas de juros contribuem com essa perspectiva. Da mesma forma, as condições mais favoráveis à compra de imóveis e as mudanças nos hábitos de consumo em direção a um uso maior do transporte individual indicam aumento dos financiamentos imobiliário e de veículos.

Permanecem como riscos a intensificação do contágio por Covid-19 antes que um amplo programa de vacinação seja implementado no Brasil e o desemprego em patamares elevados.

Linhas de crédito emergenciais contribuem para a manutenção de mais de 8,8 milhões de empregos

É importante destacar o papel das linhas de crédito especiais e dos programas financeiros para o enfrentamento da pandemia de Covid-19, garantindo liquidez para as empresas, especialmente as micro, pequenas e médias.

Dentre eles, destacam-se o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), gerido pelo Banco do Brasil, o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac) e o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), ambos do BNDES.

O Pronampe garantiu às micro e pequenas empresas capital de giro com taxa de juros reduzida (Selic + 1,25% ao ano), carência de até oito meses e prazo total de pagamento de 36 meses. De acordo com o Banco do Brasil, foram realizadas, nas duas primeiras fases, mais de 475 mil operações, somando cerca de R\$ 32,8 bilhões. Somente em Minas Gerais, foram feitas 61 mil operações, totalizando, aproximadamente, R\$ 4,4 bilhões.

Com o aumento do risco de inadimplência, sobretudo nos meses iniciais da pandemia, o BNDES, juntamente com o Ministério da Economia, criou o Peac, programa com a finalidade de conceder garantias às instituições financeiras na tomada de crédito pelas pequenas e médias empresas. De acordo com o banco de desenvolvimento, até novembro, mais de 100 mil empresas adquiriram empréstimos no Brasil, totalizando mais de R\$ 83 bilhões em recursos.

E o Pese, destinado ao financiamento da totalidade da folha de pagamento das empresas durante quatro meses e limitado a dois salários mínimos por empregado, teve o desembolso de R\$ 8 bilhões.

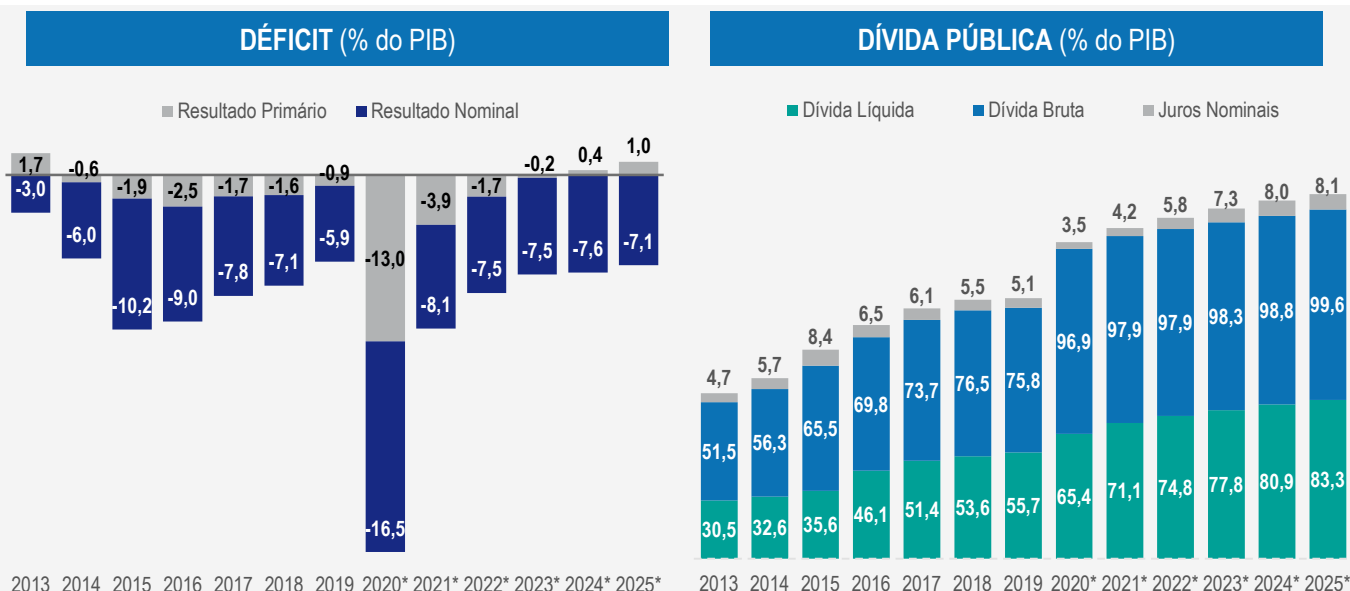


Finanças Públicas

A pandemia de Covid-19 impactou severamente as finanças públicas em 2020. E, como forma de suavizar os impactos econômicos, sociais e sanitários, a reação governamental foi de forte elevação dos gastos públicos, simultaneamente à queda das receitas em função da perda de ímpeto da atividade econômica.

No acumulado do ano até outubro, o setor público consolidado¹ registrou déficit primário de R\$ 633 bilhões (9,1% do PIB). Desse total, aproximadamente R\$ 500 bilhões estão relacionados diretamente às renúncias fiscais e aos gastos extraordinários na saúde e na área social.

A combinação desses fatores resultou na elevação da dívida bruta do Governo Geral² de 75,8% do PIB, em dezembro de 2019, para 90,7% do PIB, em outubro de 2020.



A deterioração do quadro fiscal e as incertezas relacionadas ao comprometimento com a austeridade fiscal após a pandemia estão aumentando a percepção de risco de insolvência do governo federal. Os títulos públicos de longo prazo estão sendo negociados com taxas quatro vezes maiores que os de curto prazo, indicando desafios à frente para o financiamento do déficit público.

Reforça-se a importância de reformas econômicas que proporcionem a redução das despesas obrigatórias, a melhora do resultado primário, o aumento da eficiência dos gastos públicos e, sobretudo, que restrinjam a trajetória de crescimento explosivo da dívida pública em proporção do PIB.

¹ Setor público consolidado: Governo Central, governos regionais, empresas estatais e INSS

² Dívida bruta do Governo Geral: total das dívidas de responsabilidade dos governos federal (incluindo INSS), estaduais e municipais junto ao setor privado (títulos públicos), ao setor financeiro, ao Banco Central e ao resto do mundo.

* Projeção LCA Consultores



Inflação

A aceleração da inflação, observada a partir do terceiro trimestre, está concentrada no setor de alimentos.

GRUPOS DO IPCA (Out/20)	Acumulado no ano (%)	Acumulado em 12 meses (%)
Índice Geral	2,22	3,92
Alimentação e Bebidas	9,38	13,89
Habitação	1,88	1,76
Artigos de Residência	3,27	2,41
Vestuário	-1,76	-1,42
Transporte	-1,63	0,18
Saúde e Cuidados Pessoais	1,23	1,87
Despesas Pessoais	0,36	2,54
Educação	0,67	0,95
Comunicação	2,73	3,39

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), utilizado como referência para a meta de inflação, registrou alta de 2,22% de janeiro a outubro de 2020. No acumulado em 12 meses, o IPCA aumentou 3,92%, influenciado pelo grupo de alimentação e bebidas (13,89%), comunicação (3,39%), despesas pessoais (2,54%) e artigos de residência (2,41%). Vale lembrar que a meta de inflação para 2020 é de 4%, sendo de 3,75% para 2021. A aproximação do IPCA com o centro da meta reverteu a tendência desinflacionária que vigorava no início de 2020.

O choque inflacionário foi decorrente da desvalorização cambial, que tem elevado os preços das *commodities*, sobretudo as agrícolas, como carne bovina e soja. Observou-se ainda uma escalada de preços de bens industriais. A rápida retomada da produção industrial, combinada com o aumento das vendas do varejo, explicou parcialmente esse resultado. Na mesma direção, ocorreu a desarticulação de algumas cadeias produtivas, ocasionando a escassez e o aumento de preços de matérias-primas.

A despeito do avanço da inflação, o Comitê de Política Monetária (Copom) avalia tratar-se de um choque temporário que ainda não compromete o cumprimento das metas de 2020 e 2021. Tal percepção garantiu a manutenção da política monetária, pautada na redução expressiva da taxa básica de juros (Selic) em 2020 (2,5 pontos percentuais) para a mínima histórica de 2% ao ano.

Perspectivas

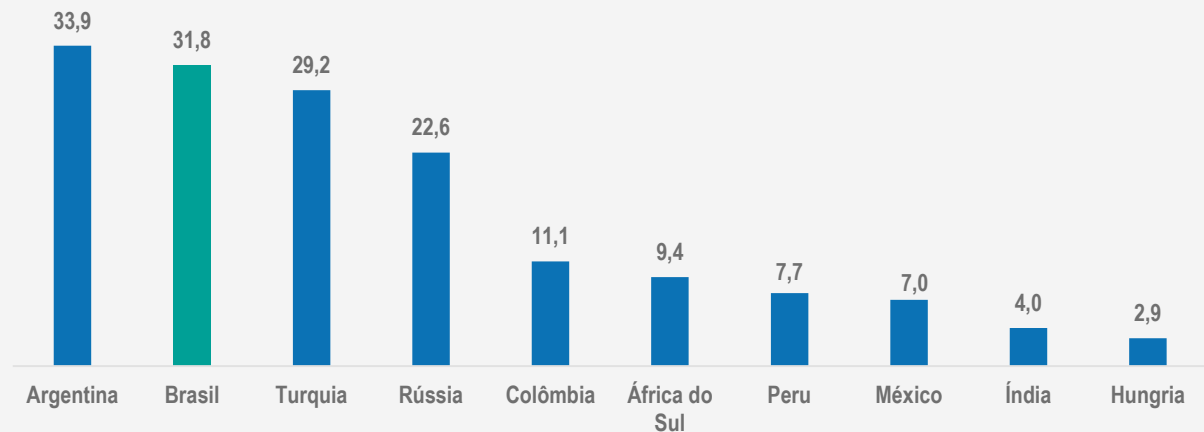
Em reunião realizada nos dias 27 e 28 de outubro, o Copom reforçou a transitoriedade do atual choque inflacionário e as pressões deflacionárias resultantes do elevado nível de ociosidade, sobretudo no setor de serviços. No balanço de riscos, o comitê destacou a imprevisibilidade na condução da política fiscal. É importante ressaltar que a percepção de aumento do grau de insolvência do governo vem sendo o principal determinante da desvalorização cambial.

De acordo com o Boletim Focus, divulgado pelo BCB em 30 de novembro, as expectativas para o IPCA são de 3,54% (2020) e de 3,47% (2021). Para a taxa básica de juros, espera-se a manutenção de 2% ao ano (2020) e a elevação para 3% ao ano (2021).



Câmbio

MOEDAS SELECIONADAS – VARIAÇÃO CONTRA O DÓLAR (janeiro a outubro/2020)



A elevada volatilidade do dólar frente às demais moedas mundiais marcou o ano de 2020, tendo em vista o aumento da incerteza e da aversão ao risco decorrente da pandemia do novo coronavírus.

As moedas argentina e brasileira foram as que mais se depreciaram em relação ao dólar. O real destacou-se como uma das moedas mais voláteis no conjunto dos países emergentes, mostrando desvalorização de 31,8% de janeiro a outubro de 2020. A taxa média de câmbio do Brasil saltou de R\$ 3,95/US\$ (2019) para R\$ 5,16/US\$ (2020).

A elevada volatilidade do dólar em relação ao real prejudica o balanço financeiro das empresas, sobretudo das que possuem passivos em dólar. Para a indústria, o câmbio desvalorizado produz efeitos distintos. De forma geral, pressiona os preços, visto que a indústria importa uma quantidade elevada de insumos. Por outro lado, aumenta a competitividade de setores exportadores, como é o caso dos produtores de *commodities*. Ao mesmo tempo, o encarecimento das importações de bens finais favorece a indústria nacional. Grande parte da recuperação industrial observada a partir de maio de 2020 é atribuída a um processo de substituição de produtos importados pela produção local, face a uma expansão da renda advinda do Auxílio Emergencial.

Perspectivas

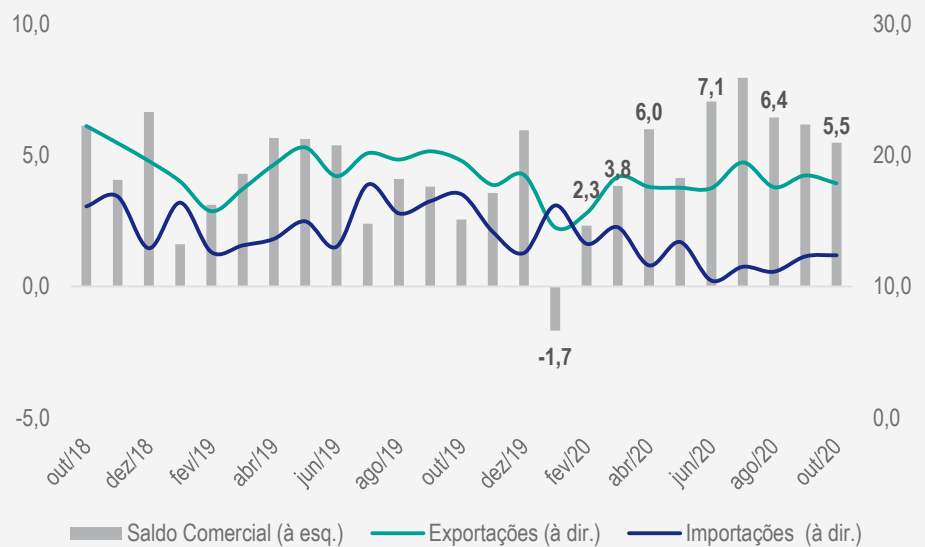
O risco fiscal brasileiro se reflete na taxa de câmbio e só será revertido com a retomada da austeridade fiscal expressa em políticas econômicas concretas. Enquanto ações nesse sentido seguirem no campo das promessas, as projeções de mercado apontarão para uma taxa de câmbio de US\$ 5,20 ao final de 2021.



Balança Comercial

A desvalorização cambial e a interrupção das cadeias globais de oferta possibilitaram a retomada do processo de substituição de importações no Brasil. Há indícios de menor coeficiente de importação em diversos setores da indústria de transformação nacional.

EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO COMERCIAL (em US\$ bilhões)



A pandemia do novo coronavírus impactou a balança comercial brasileira de duas formas. Por um lado, a redução da atividade econômica global levou à restrição dos fluxos comerciais globais a bens essenciais, como alimentos, produtos farmacêuticos e de higiene pessoal. Por outro lado, a intensa desvalorização da moeda nacional frente ao dólar tornou os produtos domésticos mais competitivos.

Essa conjuntura está refletida nas quedas, em valor, das exportações (-7,7%), das importações (-5,2%) e do saldo comercial (-0,3%) do Brasil no primeiro semestre do ano, frente a igual período de 2019. Em contrapartida, em quantidade, as exportações (2,7%), as importações (0,1%) e o saldo comercial (3,5%) cresceram. A redução do saldo comercial, em dólar, e o crescimento do saldo comercial, em quantidade, refletem a depreciação cambial e o aumento da competitividade dos produtos domésticos.

A despeito da recuperação econômica global no terceiro trimestre, o valor das exportações e das importações caíram, de janeiro a outubro, 7,8% e 15,9%, respectivamente, frente ao mesmo período de 2019. Setorialmente, destaca-se o aumento nas exportações de celulose, farelo de soja, ouro não monetário e semiacabados de ferro e aço.

Perspectivas

Para 2021, a retomada das principais economias globais e, principalmente, da China, deve favorecer a recuperação dos preços de petróleo, a manutenção dos preços de minério de ferro em níveis elevados e a demanda por *commodities* alimentícias, beneficiando as exportações brasileiras.

Quanto aos riscos, destacamos a possibilidade de uma segunda onda de contágio pelo novo coronavírus antes da disponibilização das vacinas.



Confiança do Empresário Industrial

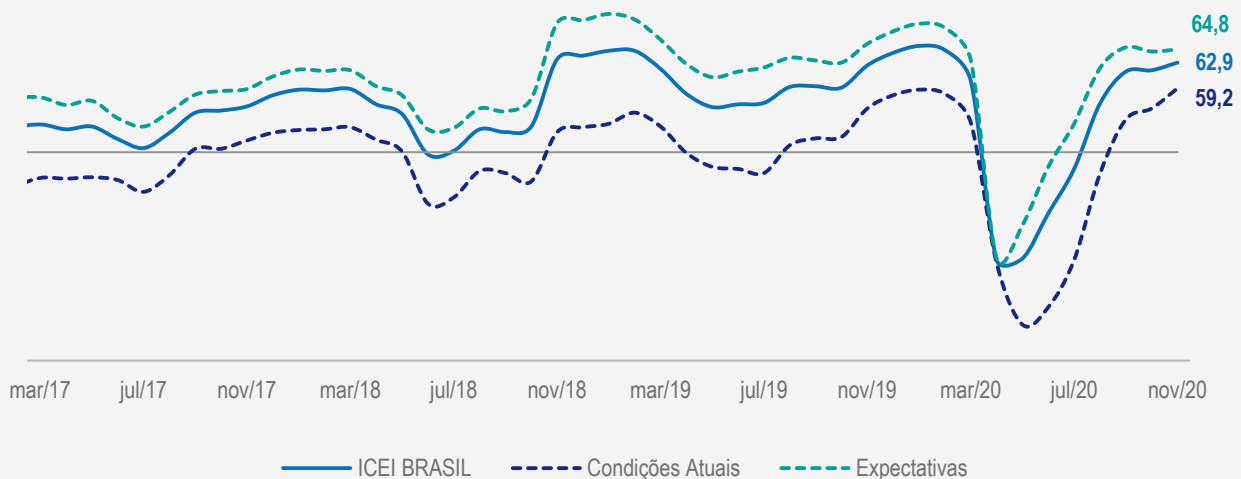
O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) iniciou 2020 apontando confiança dos industriais brasileiros, com 65,3 pontos em janeiro. O indicador varia de 0 a 100 pontos, e valores acima de 50 pontos sinalizam confiança. Nos dois meses seguintes, o índice permaneceu em patamares elevados, marcando 64,7 pontos e 60,3 pontos em fevereiro e março, respectivamente.

A manutenção do índice em nível elevado nos três primeiros meses do ano foi sustentada pelos seus dois componentes – condições atuais e expectativas para os próximos seis meses – em um contexto de taxas de juros historicamente baixas, de inflação controlada e de melhora, ainda que lenta, do mercado de trabalho.

Entretanto, com a propagação da Covid-19 e, conseqüentemente, com a adoção de medidas rígidas de restrição à circulação de pessoas, o ICEI registrou significativa queda de 25,8 pontos frente ao indicador de março e marcou 34,5 pontos em abril – menor patamar observado desde o início da série histórica mensal em 2010.

Apenas em agosto, após quatro meses apontando falta de confiança, o ICEI voltou a ultrapassar a barreira dos 50 pontos. Favorecido pela flexibilização do isolamento social e pelas medidas de assistência do governo, como o pagamento do Auxílio Emergencial e o programa de manutenção do emprego e da renda, permaneceu em trajetória ascendente e atingiu a marca de 62,9 pontos em novembro, resultado próximo ao observado em fevereiro (mês pré-pandemia).

ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL – BRASIL



O ICEI e os componentes de condições atuais e de expectativas variam de 0 a 100 pontos. Valores acima de 50 pontos indicam empresários confiantes, situação atual melhor e expectativas positivas, respectivamente.

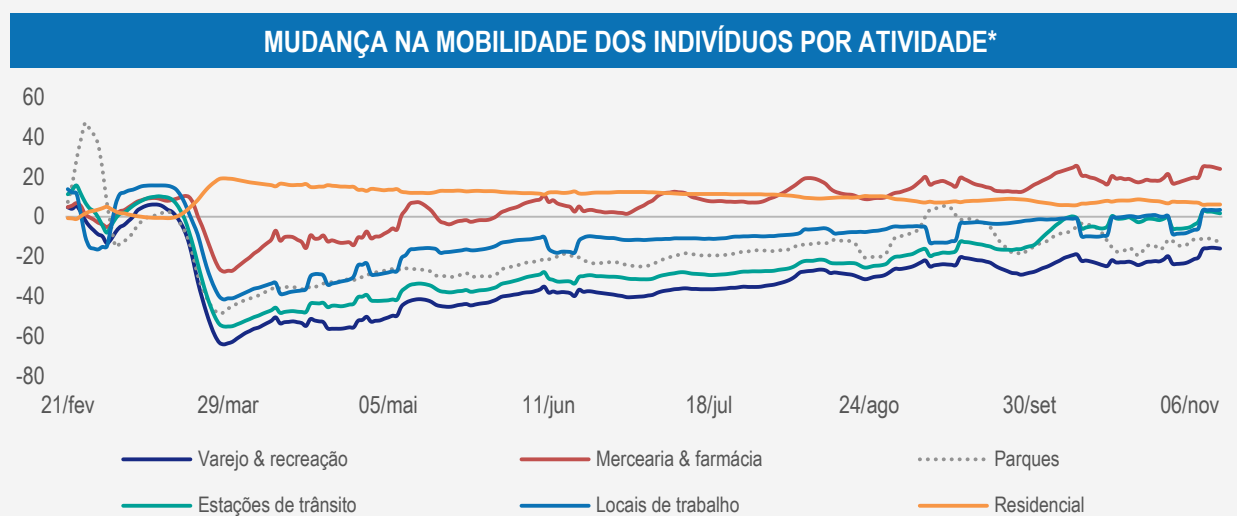
CENÁRIO MINAS GERAIS



Atividade Econômica

O estado de Minas Gerais não foi poupado dos impactos negativos da pandemia de Covid-19. As evidências de expansão da doença no território mineiro implicaram a adoção de medidas de controle da transmissão do coronavírus, dentre elas, restrições de funcionamento de diversas atividades e o isolamento social a partir da segunda quinzena de março, resultando em perdas econômicas expressivas, sobretudo no segundo trimestre do ano.

Quedas acentuadas na mobilidade média foram observadas a partir de 15 de março. Dentre as principais atividades pesquisadas pelo Google Mobility¹, Varejo e Recreação e Estações de Trânsito foram as mais impactadas, apresentando recuperação lenta até novembro. Por sua vez, a atividade Mercearia e Farmácia registrou impacto ameno, com rápida recuperação.



*Variação percentual sobre a baseline do período, média móvel de sete dias.

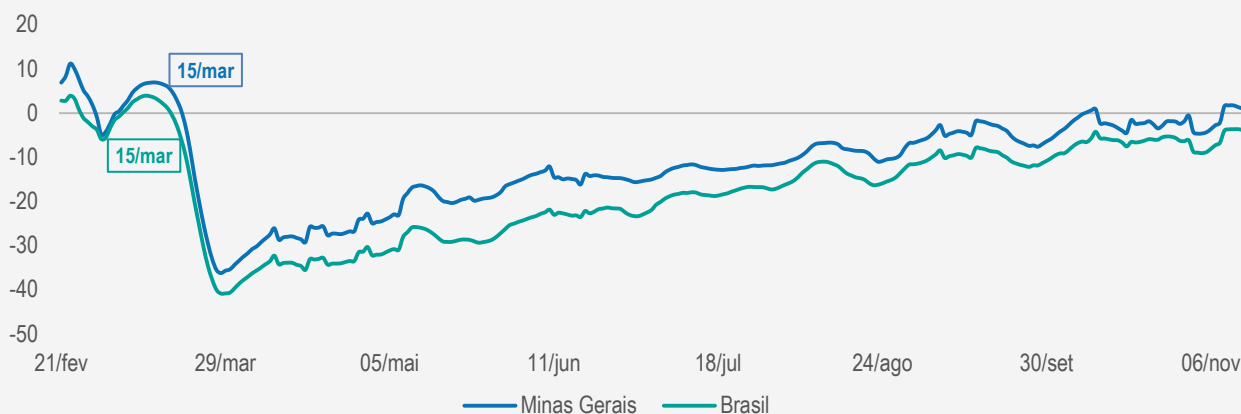
O estado ganhou notoriedade nacional na gestão da crise epidemiológica, garantindo as menores taxas do país de transmissão e de mortalidade por coronavírus. As restrições à mobilidade foram menos intensas que as observadas em outros estados da federação. De março a novembro, a mobilidade média em Minas Gerais permaneceu acima da mobilidade média no Brasil.

¹ Google Mobility: fornece informações sobre o que mudou com as políticas criadas para enfrentar a Covid-19, mostrando as tendências de deslocamento ao longo do tempo por região e em diferentes categorias: varejo e recreação, mercearia e farmácia, parques, estações de trânsito, locais de trabalho e áreas residenciais.

CENÁRIO MINAS GERAIS



MUDANÇA NA MOBILIDADE MÉDIA DOS INDIVÍDUOS*



*Variação percentual sobre a baseline do período, média móvel de sete dias.

Como efeito, no primeiro trimestre do ano, o PIB mineiro recuou 1,4% na comparação com o quarto trimestre de 2019 – queda menos intensa que a do PIB nacional (-1,5%). O PIB do setor de serviços caiu 2,9%, e o PIB da indústria decresceu 2,6%.

No setor de serviços, todos os segmentos apresentaram retrações nesse período, com destaque para outros serviços (-3%), transporte, armazenagem e correios (-2,8%) e comércio (-2,6%).

No setor industrial, houve queda no PIB dos setores de energia e saneamento (-3,8%), de construção civil (-2,5%) e extrativo mineral (-2,1%). O PIB da indústria de transformação, por sua vez, cresceu 0,7%. Vale ressaltar que, em Minas Gerais, a indústria foi reconhecida como atividade essencial, o que garantiu o seu funcionamento apesar das medidas de isolamento social. Protocolos de segurança foram adotados para preservar a saúde dos funcionários, assim como as operações do setor.

A produção industrial também caiu de forma inédita em Minas Gerais, acumulando recuo de 16,7% de março a abril. Ainda que não tenha ocorrido o fechamento compulsório das unidades fabris no estado, a pandemia afetou a produção ao provocar a interrupção das cadeias de insumos, a paralisação das fábricas, para que pudessem adaptar a produção e conter a propagação do vírus, e a redução brusca da demanda, com consequente acúmulo de estoques.

Após esse período, especificamente a partir de maio, a indústria mostrou sinais de rápida recuperação. No acumulado de maio a setembro, a produção industrial cresceu 26,6%.

Vale destacar que os impactos da pandemia foram distintos entre os segmentos industriais. Enquanto a indústria de transformação acumulou queda na produção de 22,9% nos meses de março e abril, a indústria extrativa mostrou elevação de 6,8%. A produção extrativa de Minas Gerais, que no primeiro trimestre foi severamente impactada pelas chuvas que atingiram o estado, mostrou recuperação gradativa ao longo do ano, beneficiada pelo avanço das exportações.

CENÁRIO MINAS GERAIS



O PIB agropecuário do estado, por sua vez, aumentou 7,4% no primeiro trimestre, frente ao trimestre anterior – resultado superior ao do Brasil (0,5%). Quatro culturas com maior peso na agricultura mineira apresentaram expansão na quantidade produzida: soja, batata, feijão e milho. A performance da colheita de soja foi decisiva para o desempenho do setor no período.

Refletindo o ápice da crise econômica e sanitária, o PIB mineiro apontou forte deterioração, de 9,8% no segundo trimestre, na comparação com o primeiro trimestre. Houve contrações expressivas nos produtos dos setores de serviços (-10,2%), indústria (-7,3%) e agropecuária (-1,6%). Em serviços, as atividades de comércio (-11,8%) e de outros serviços (-11%) foram as mais impactadas. Na indústria, todos os segmentos apresentaram retrações, com destaque para a indústria de transformação (-15,2%).

PRODUTO INTERNO BRUTO – ÓTICA DA OFERTA (var. %)*

Descrição	2019		2020	
	III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
Minas Gerais				
PIB a preços de mercado	-1,0	0,8	-1,4	-9,8
Agropecuária	-14,0	10,5	7,4	-1,6
Indústria Geral	0,2	-2,3	-2,6	-7,3
Extrativa Mineral	8,1	-2,5	-2,1	-1,0
Transformação	-1,7	-1,7	0,7	-15,2
Construção Civil	1,0	-1,6	-2,5	-5,4
Energia e Saneamento	2,6	1,8	-3,8	-0,5
Serviços	0,2	0,7	-2,9	-10,2
Comércio	1,6	-0,3	-2,6	-11,8
Transporte, Armazenagem e Correio	-0,1	-0,8	-2,8	-6,0
Outros Serviços	0,4	1,8	-3,0	-11,0
Administração Pública	-1,2	0,9	-0,8	-7,1
Brasil				
PIB a preços de mercado	-0,2	0,2	-1,5	-9,6
Agropecuária	1,6	-1,7	2,9	-0,2
Indústria Geral	-0,2	0,1	-0,9	-13,0
Extrativa Mineral	9,5	1,2	-2,5	-0,3
Transformação	-1,9	0,9	-1,1	-19,1
Construção Civil	-0,4	-3,8	-1,7	-8,1
Energia e Saneamento	-1,2	0,5	0,3	-5,1
Serviços	0,2	0,4	-1,5	-9,4
Comércio	0,5	-0,2	-1,1	-13,7
Transporte, Armazenagem e Correio	0,4	0,0	-2,0	-19,0
Outros Serviços	0,2	0,7	-2,4	-7,3
Administração Pública	-0,7	0,8	-1,6	-7,0

* Trimestre ante trimestre anterior – com ajuste sazonal.

A reversão das perdas econômicas ocorridas no primeiro e no segundo trimestres foi observada a partir do terceiro trimestre, à medida que as restrições de circulação foram flexibilizadas e os programas públicos de suporte à renda e ao emprego se consolidaram.

CENÁRIO MINAS GERAIS

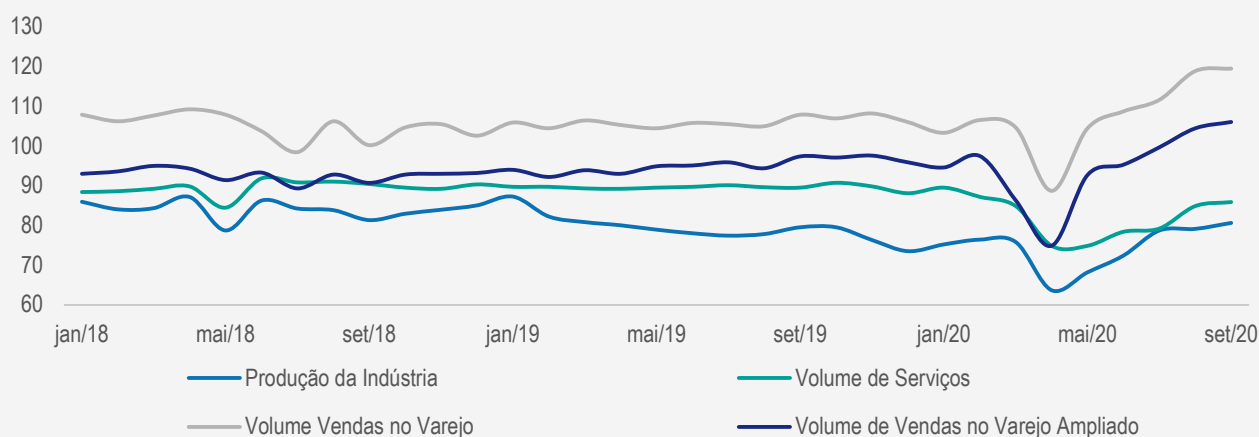


Dentre os setores econômicos, o comércio do estado sentiu a recuperação mais rápida. Após acumular queda de 23,2% entre março e abril, as vendas do varejo ampliado (inclui veículos e materiais de construção) cresceram 40,3% de maio a setembro, alcançando, nesse último mês, o maior valor da série histórica. O mesmo movimento ocorreu nas vendas do varejo, que recuaram 16,7% entre março e abril e aumentaram 34,7% de maio a setembro.

O volume de serviços no estado caiu 12% no acumulado entre março e abril. Nos meses subsequentes, observou-se uma recuperação vagarosa. Nos meses de maio a setembro, os serviços prestados acumularam alta de 14,1% – a menor entre as demais atividades econômicas.

A melhora do setor de serviços vem ocorrendo em ritmo mais lento, com disparidade acentuada entre os segmentos, explicada pela manutenção de restrições de funcionamento, tal como ocorre para cultura, lazer e recreação. A cautela dos consumidores, que diminuíram seus contatos sociais, também explica o ritmo lento de retomada do setor de serviços.

PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA, VOLUME DE SERVIÇOS, VENDAS NO VAREJO E NO VAREJO AMPLIADO*



* Índice Média 2012 = 100 - com ajuste sazonal.

A indústria mineira, por sua vez, recuperou em julho o nível de produção pré-pandemia (fevereiro). O robusto aumento do consumo de bens explicou parte expressiva da retomada da atividade fabril, em linha com a magnitude do pagamento do Auxílio Emergencial. A desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar também contribuiu com o bom desempenho da indústria de duas maneiras: aumentando a competitividade dos segmentos orientados para a exportação, com destaque para os produtores de *commodities*, e substituindo bens anteriormente importados por bens de produção doméstica.

CENÁRIO MINAS GERAIS



No acumulado do ano até setembro, a produção da indústria extrativa cresceu 7,6%, enquanto a da indústria de transformação aumentou 10,4%. O desempenho dos setores de maior participação na produção industrial mineira está detalhado na seção Análise Setorial deste relatório.

PRODUÇÃO INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO POR ATIVIDADE*

Segmentos	Variação mensal (%)							Janeiro a setembro (%)
	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	
Alimentos	6,2	4,7	-3,9	-0,2	-0,7	2,0	1,6	14,4
Bebidas	-17,0	-29,6	53,1	14,6	2,3	-0,9	1,4	11,7
Fumo	2,4	-2,0	3,1	5,2	10,1	-2,6	-0,1	26,8
Têxtil	-7,1	-33,2	12,4	2,7	14,9	15,3	12,2	3,8
Celulose, papel e produtos de papel	3,4	-1,3	-8,5	9,3	-1,5	-0,4	2,5	58,4
Coque, prod. derivados do petróleo e biocombustíveis	-4,0	-34,6	12,9	24,8	-5,5	4,7	8,3	-2,8
Outros produtos químicos	-9,0	25,1	7,3	-6,1	2,4	-8,1	-3,2	16,1
Minerais não metálicos	-2,8	-11,7	10,3	8,2	13,6	-3,9	1,0	13,6
Metalurgia básica	-5,6	-14,3	-0,3	-9,4	37,8	-6,2	-2,6	-9,1
Produtos de metal (exclusive máquinas e equipamentos)	-8,4	-52,2	41,0	-7,8	36,3	16,7	17,2	6,3
Máquinas e equipamentos	-17,4	-43,3	36,3	1,5	6,6	20,7	11,3	6,3
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-21,2	-94,2	496,4	95,1	38,8	9,7	49,5	44,5
Indústria de transformação	-2,8	-20,7	7,9	7,2	11,1	0,8	6,4	10,4
Indústria extrativa	1,9	4,8	-0,5	1,5	5,1	5,4	-7,4	7,6

* Índice Média 2012 = 100 - com ajuste sazonal.

CENÁRIO MINAS GERAIS



Finanças Públicas

Assim como observado no Brasil, em 2020, a pandemia de Covid-19 impactou severamente as finanças públicas de Minas Gerais (redução das receitas). A queda na atividade econômica resultou na menor arrecadação tributária, especialmente em setores dependentes da maior circulação de pessoas, como o de combustíveis (-12%). Como resultado, as receitas de ICMS recuaram 9,7% no acumulado do ano até setembro.

A deterioração das receitas emergiu em 2020 como mais um agravante do frágil quadro fiscal do estado. Desde 2014, o orçamento público registra déficit, que atingiu R\$ 11,4 bilhões em 2019. Nesse mesmo ano, a dívida líquida consolidada alcançou R\$ 123 bilhões (191% da receita corrente líquida) e os restos a pagar totalizaram R\$ 37,4 bilhões. O déficit da previdência dos servidores públicos atingiu R\$ 130 bilhões – desse total, R\$ 85,5 bilhões referem-se ao período de 2013 a 2020.

As despesas com pessoal ativo e inativo (aposentados e pensionistas) explicam o grave desajuste das contas públicas do estado, comprometendo 81% da receita corrente líquida em 2019. Esse cenário se agrava a cada ano: em 2002, havia 1,6 servidor ativo para cada aposentado e/ou pensionista. Atualmente, essa relação caiu para 0,6. Nos últimos 17 anos, observou-se uma queda dos segurados ativos da ordem de 28% e um grande aumento dos aposentados e pensionistas, de cerca de 74%.

A aprovação da reforma da previdência do estado foi o destaque positivo de 2020. As novas regras, como o aumento da idade mínima para aposentadoria, a fixação de alíquotas progressivas (quem recebe mais contribuirá com mais) e a estipulação de tempo mínimo de contribuição, visam assegurar a sustentabilidade do sistema atual. A economia prevista com as alterações, de acordo com o governo de Minas Gerais, é de R\$ 2,2 bilhões ao ano em relação ao cenário sem reforma.

A reforma da previdência foi, sem dúvida, um passo importante para o reequilíbrio das contas estaduais. Contudo, outras medidas e reformas de controle fiscal também são importantes para a recuperação do equilíbrio financeiro e para a estabilização da dívida líquida, destacando-se a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) do governo federal.

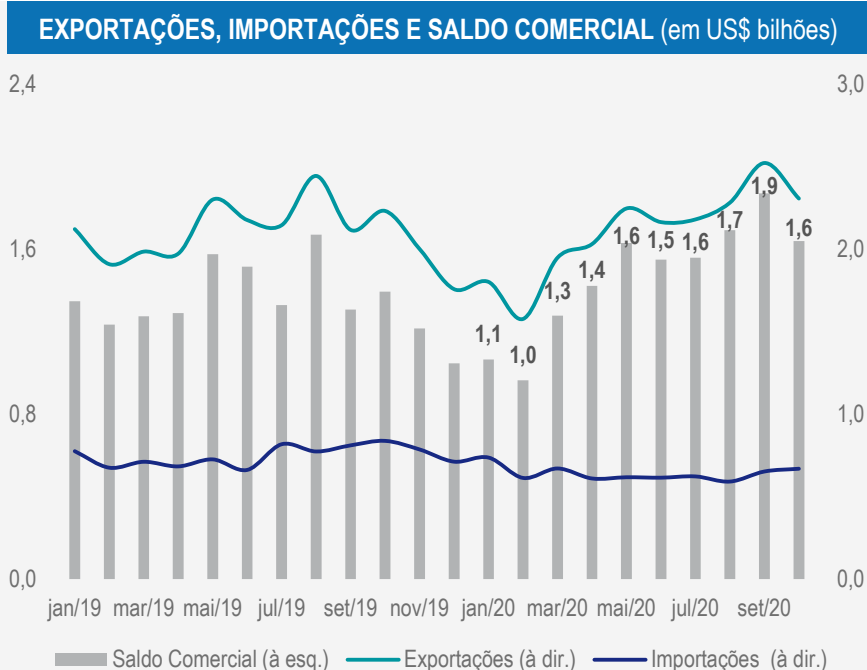
De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, apesar do interesse do estado em aderir ao RRF, o governo de Minas Gerais ainda não cumpriu os requisitos para a sua adesão. A aprovação do RRF e o controle de gastos são fundamentais para que o estado recupere também a atratividade para investimentos e a melhora dos serviços públicos, sem a necessidade de aumento da carga tributária.

CENÁRIO MINAS GERAIS



Balança Comercial

A composição da pauta exportadora de Minas Gerais, concentrada em *commodities*, e a rápida recuperação da economia da China, principal parceiro comercial do estado, favoreceram a elevação do saldo comercial em 5,2% de janeiro a outubro, frente a igual período de 2019.



Apesar da redução do fluxo comercial global, provocada pela pandemia do novo coronavírus, a balança comercial de Minas Gerais foi relativamente menos impactada. Esse resultado foi explicado pela composição da pauta exportadora do estado, muito concentrada em *commodities* e em poucos parceiros comerciais, especialmente a China.

No primeiro trimestre, o valor exportado recuou 11,5% em relação ao mesmo período de 2019. O resultado foi puxado pela redução nos embarques de minério de ferro, principal produto da pauta exportadora do estado, que registrou queda do volume produzido em decorrência de fatores climáticos adversos ao longo desse período. As importações também caíram em 6,5%, como efeito da interrupção das cadeias globais de oferta, principalmente de componentes eletroeletrônicos de origem chinesa.

A partir do segundo trimestre, com a estabilização dos fatores climáticos, a produção de minério de ferro normalizou-se e as exportações reestabeleceram-se. No período, o valor das exportações manteve-se praticamente estável em relação ao mesmo trimestre de 2019, enquanto o valor das importações caiu 11%.

De janeiro a outubro, as exportações do estado, em valor, caíram 1,6% frente ao mesmo período de 2019. As importações recuaram 14,4%, possibilitando um saldo comercial 5,2% superior.

Perspectivas

A manutenção do ritmo de crescimento da China e os investimentos em infraestrutura naquele país sustentam perspectivas positivas para as exportações de *commodities* minerais, de alimentos e de celulose de Minas Gerais.

CENÁRIO MINAS GERAIS



Confiança do Empresário Industrial

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) de Minas Gerais iniciou 2020 apontando industriais confiantes, com 64,6 pontos em janeiro. O indicador varia de 0 a 100 pontos, com valores acima de 50 pontos sinalizando confiança. Nos meses de fevereiro e março, o ICEI seguiu em níveis elevados, registrando 63,9 pontos e 60,2 pontos, respectivamente.

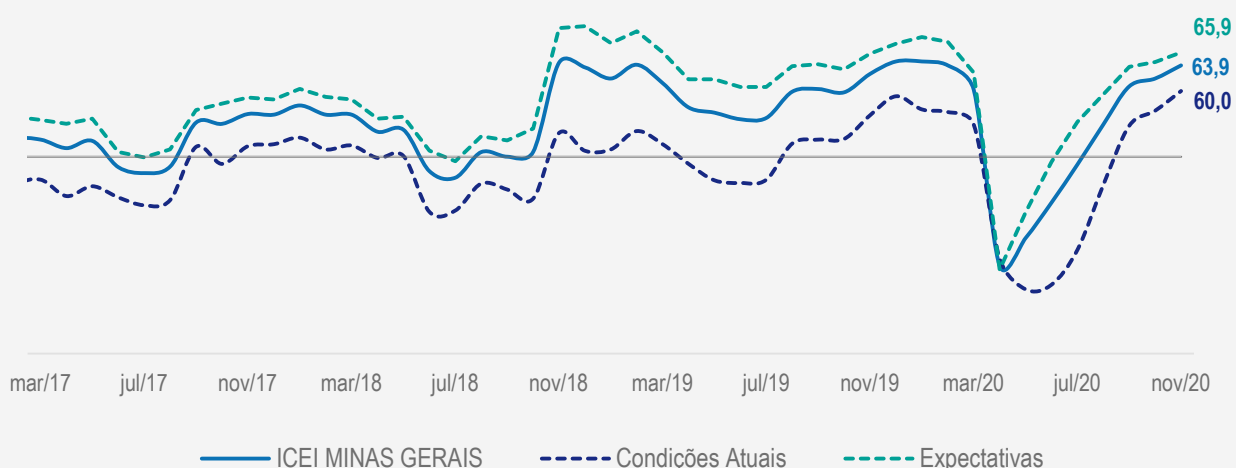
Contudo, a grave crise epidemiológica e econômica provocada pela Covid-19 abalou a confiança dos empresários. As medidas de distanciamento social adotadas para evitar sua propagação geraram impactos na economia tanto pelo lado da oferta – devido à paralisação de diversas atividades – quanto pelo lado da demanda – reflexo da diminuição da renda e do aumento das incertezas.

Nesse contexto, o indicador recuou expressivamente frente a março (60,2 pontos), atingindo 33,4 pontos em abril. A retração de 26,8 pontos ocorrida entre os dois meses foi a maior registrada na série histórica mensal do índice, iniciada em 2010, e o ICEI voltou a apontar falta de confiança dos industriais.

A queda na confiança foi revertida apenas em agosto, quando o indicador superou a barreira dos 50 pontos. O índice seguiu em trajetória ascendente, simultaneamente à normalização gradual das atividades econômicas e, em novembro, atingiu 63,9 pontos, resultado semelhante ao observado em fevereiro (mês pré-pandemia).

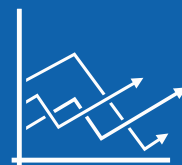
A recuperação da confiança foi respaldada por avanços em ambos os componentes do ICEI – condições atuais e expectativas. Os empresários perceberam melhora na situação das economias brasileira e mineira, bem como de suas indústrias, e mantiveram-se otimistas quanto à evolução da economia e dos seus negócios nos próximos seis meses.

ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL – MINAS GERAIS



O ICEI e os componentes de condições atuais e de expectativas variam de 0 a 100 pontos. Valores acima de 50 pontos indicam empresários confiantes, situação atual melhor e expectativas positivas, respectivamente.

PROJEÇÕES



	Brasil	
	2020	2021
PIB	-4,5%	3,9%
Agropecuária	2,2%	1,9%
Indústria	-3,1%	6,6%
Extrativa	3,7%	7,0%
Transformação	-6,2%	8,4%
SIUP	0,0%	5,8%
Construção	-2,6%	6,2%
Serviços	-5,3%	3,0%

	Minas Gerais	
	2020	2021
PIB	-3,9%	3,6%
Agropecuária	9,8%	0,5%
Indústria	-3,8%	6,0%
Extrativa	-2,0%	10,7%
Transformação	-3,4%	3,9%
SIUP	-5,8%	5,7%
Construção	-5,0%	8,6%
Serviços	-5,2%	3,1%

Fonte: FIEMG



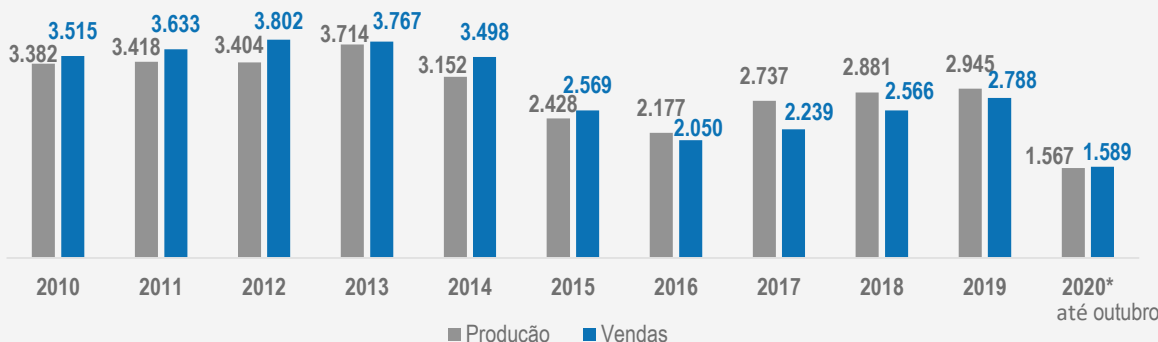
Setor automotivo enfrenta desafios para recuperar níveis de produção

A pandemia de Covid-19 frustrou as expectativas de avanço do setor automotivo brasileiro em 2020. A paralisação quase total das fábricas, iniciada na segunda semana de março e vigente durante todo o mês de abril, derrubou a produção do setor. As vendas de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus também foram fortemente afetadas, gerando aumento de estoque nos pátios das montadoras.

Superado o momento mais agudo das medidas de restrição à circulação, o retorno gradual da demanda – praticamente interrompida durante os meses de isolamento social – vem pressionando a capacidade produtiva das montadoras, que agora enfrentam dificuldades em seus processos produtivos: falta de determinados insumos e elevação dos custos, especialmente pela valorização do dólar e pelo aumento dos preços das matérias-primas. A necessidade de adoção de novos protocolos sanitários, com exigência de turnos de menor duração e com menos trabalhadores, também contribui para uma retomada mais lenta da produção. O descompasso entre a demanda e a oferta pressionou os níveis de estoques, que, em outubro, atingiram o menor patamar da série histórica (132,5 mil unidades). O prazo médio para a entrega dos veículos encomendados, anteriormente de cerca de 30 dias, agora varia entre 90 e 120 dias.

Apesar da retomada gradual da demanda e da produção do setor, os dados de 2020 são desalentadores. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), de janeiro a outubro, foi produzido 1,56 milhão de unidades de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus, representando uma queda de 38,5% frente a igual período de 2019. As vendas totalizaram 1,58 milhão de unidades, acumulando recuo de 30,4% no período. Antes da pandemia, a expectativa era de que a produção chegasse a 3,15 milhões de unidades e as vendas aumentassem para 3 milhões no ano.

PRODUÇÃO E VENDAS BRASIL (em milhões)



Pandemia derruba desempenho do setor em 2020. Desafio da retomada é grande, com incertezas quanto a novas ondas de contaminação por Covid-19 e aumento dos custos de produção.

No *front* externo, o prognóstico também é ruim. Os principais parceiros comerciais do setor estão na América Latina, região onde os impactos econômicos causados pela pandemia foram muito intensos. Ademais, a Argentina, principal mercado brasileiro, enfrenta uma grave crise econômica, o que deve restringir ainda mais o volume de exportações do setor.



Segundo a Anfavea, de janeiro a outubro, foram exportadas 242 mil unidades, patamar 34,2% abaixo do observado em 2019. Vale ressaltar que, no ano passado, as exportações já tinham apresentado desempenho muito aquém do habitual, justamente pela redução de embarques para a Argentina.

Em Minas Gerais, o comportamento do setor é similar ao observado no país: de janeiro a setembro, a produção de veículos automotores, reboques e carrocerias caiu 27,8%, segundo o IBGE. As exportações, por sua vez, registraram queda de 23,7% no período.

“Novo normal” pode ser oportunidade para o setor

Estimativas de mercado apontam para um aumento de cerca de 20% na produção nacional do setor em 2021. A expressiva variação, entretanto, ocorrerá após queda estimada de 35% em 2020, de acordo com a Anfavea. A retomada no mercado interno deve ser desafiadora e marcada por incertezas. Ondas secundárias de contaminação por Covid-19 ainda não estão descartadas, à luz do que já ocorre em alguns países europeus, e a perspectiva de elevação do desemprego também é sinal de alerta para o setor.

A recuperação econômica nos países latino-americanos também deve ser lenta, especialmente na Argentina. Dessa forma, a retomada da produção deve ser guiada pelo mercado doméstico, situação bem diferente da observada em 2017, quando as exportações do setor atingiram a máxima histórica de 766 mil unidades.

Contudo, há ainda perspectivas positivas. As vendas diretas – quando as montadoras vendem diretamente a empresas, frotistas e locadoras de veículos – em relação ao total comercializado têm crescido na última década, com avanço especial no ritmo de vendas nos últimos dois anos. Essa modalidade de venda foi usada como estratégia das montadoras para diminuir os impactos negativos da crise ocorrida no setor, bem como para suprir a demanda das locadoras de veículos, pressionada pelo crescimento do mercado de transporte por aplicativos no país.

Apesar da esperada redução das vendas diretas em 2020, em razão do aumento das incertezas causadas pela pandemia, há expectativa de continuidade do avanço dessa modalidade. Muitas locadoras de automóveis observaram uma nova tendência: redução das viagens em transportes público e compartilhado em detrimento do aluguel de carros, opção com menor risco de contaminação pelo coronavírus. Nota-se, também, a preferência por contratos de aluguel de carros por tempo maior, para quem não deseja adquirir um carro.

A aposta no canal de venda direta, entretanto, deve ser vista com parcimônia, uma vez que o uso excessivo dessa modalidade de comercialização pode ser prejudicial às marcas de veículos. Os preços de revenda podem ser menores, e o carro recentemente vendido pode voltar rapidamente ao mercado como um modelo seminovo, o que desestimularia a busca do consumidor por um modelo novo.

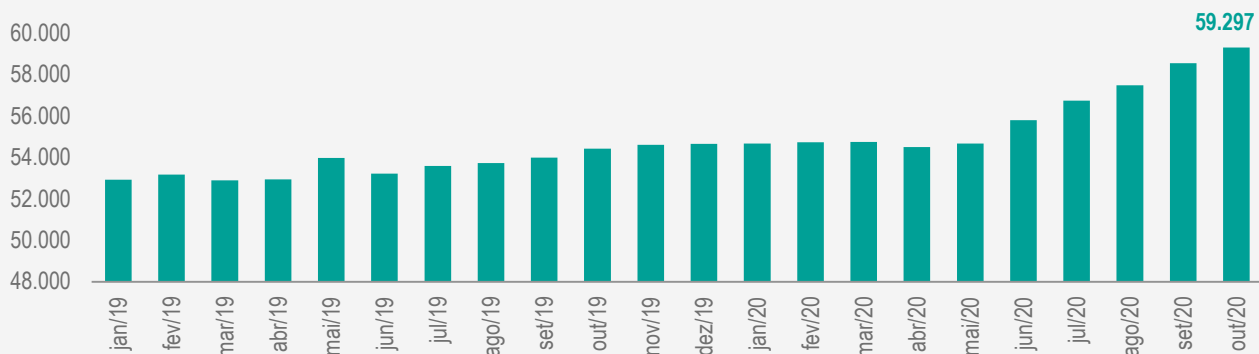


Construção Civil mostra resiliência em 2020

A construção civil vem surpreendendo positivamente em 2020. Após um primeiro bimestre vigoroso, o setor sentiu o impacto da pandemia de Covid-19, mas reagiu aos estímulos monetário e fiscal das autoridades oficiais brasileiras e, ao final do segundo trimestre em diante, mostrou uma rápida retomada. De acordo com o IBGE, a produção nacional de insumos da construção civil (ICC), que chegou a cair 12,1% nos primeiros cinco meses do ano, moderou o seu ritmo de queda nos meses seguintes, acumulando retração de 4,7% de janeiro a setembro.

As vendas de cimento – uma *proxy* da atividade da construção – registraram trajetória ascendente nos últimos meses e, em outubro, atingiram 6 milhões de toneladas, aumento de 14,5% frente a igual mês de 2019, segundo o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC). No acumulado de janeiro a outubro, as vendas alcançaram 50,5 milhões de toneladas, elevação de 10,1% ante o mesmo período de 2019.

VENDA DE CIMENTO ACUMULADA EM 12 MESES NO MERCADO INTERNO* (em mil ton.) – BRASIL



*Vendas preliminares da indústria e estimativas de mercado.

Os números do mercado de trabalho do setor também confirmam a recuperação. No segmento formal, o ritmo de geração de vagas já superou aquele verificado no final de 2019 de forma disseminada no país. De janeiro a setembro, a construção destacou-se na geração de postos de trabalho na indústria, com 25.036 vagas em Minas Gerais e 102.108 vagas no Brasil.

O bom desempenho na criação de empregos formais ficou em linha com a melhora da confiança do setor nos últimos meses. O índice de confiança da indústria da construção (FIEMG/CNI), em novembro, apontou empresários confiantes pela quarta vez consecutiva e aproximou-se dos patamares verificados em fevereiro, antes da pandemia.

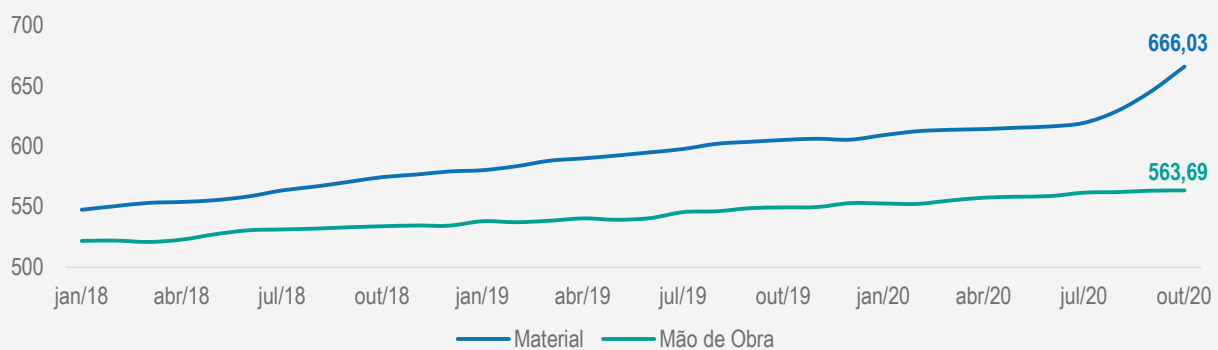
A evolução positiva do setor foi decorrente, em especial, de dois condicionantes: da expansão do crédito habitacional e do crescimento expressivo das reformas civis (autoconstrução). O crédito habitacional tem aumentado desde o início de 2020 – sustentado pela manutenção dos juros em níveis historicamente baixos – passando de 9,2% do PIB em janeiro para 9,9% do PIB em agosto. Os financiamentos imobiliários acumularam aumento de 22,2% nos primeiros oito meses do ano, em relação ao mesmo período de 2019.



No que se refere à expansão das autoconstruções, o confinamento, em virtude da pandemia, provocou uma mudança comportamental relevante: as pessoas passaram a cuidar mais do próprio domicílio, e muitas delas ainda o transformaram em um ambiente multiuso, exigindo a adequação dos espaços. Esse fator, somado ao pagamento do auxílio emergencial, impulsionou as obras de reforma das residências, aquecendo as vendas de materiais de construção, que avançaram 24% em agosto e 31,3% em setembro, frente a iguais meses de 2019.

No entanto, a forte e inesperada recuperação da economia ocasionou um descasamento entre a oferta e a demanda por insumos. O baixo nível de estoques e a desarticulação das cadeias produtivas provocaram uma falta de insumos concomitantemente ao processo de retomada econômica, com reflexo sobre os preços. Adicionalmente, a depreciação do real frente ao dólar promoveu, por um lado, um aumento nos preços dos insumos importados e, por outro lado, uma mudança nos preços relativos entre produtos domésticos e importados. Nesse contexto, os custos da construção por metro quadrado cresceram tanto em Minas Gerais (5,5%) quanto no Brasil (6,1%), no período de janeiro a outubro, sendo pressionados pela alta dos custos com materiais – 10,2% no estado e 10% no país.

CUSTO MÉDIO DA CONSTRUÇÃO POR M² (em R\$) – BRASIL



Perspectivas para o setor

No Brasil, o PIB da construção civil deve recuar 2,6% em 2020. Para 2021, a projeção é de crescimento de 6,2%, impulsionada pelo segmento imobiliário. Em Minas Gerais, as perspectivas são de queda de 5% em 2020 e de aumento de 8,6% em 2021. Para isso, será necessário que as condições favoráveis de crédito permaneçam, mantendo o financiamento habitacional atrativo. Pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) em final de setembro com executivos das maiores empresas do setor apontou que 97% deles pretendem lançar projetos nos próximos 12 meses, e 87% acreditam em aumento no volume das vendas.



Entretanto, desafios impostos pela pandemia configuram riscos para a continuidade de retomada da construção. Dentre eles, estão a perspectiva de queda da renda com o fim do auxílio emergencial, as incertezas relacionadas à recuperação do mercado de trabalho (quando os estímulos do governo forem retirados) e, em especial, os efeitos da trajetória fiscal sobre as taxas de juros de curto e longo prazo. A morosidade do ritmo das reformas estruturais, principalmente a tributária, de fundamental importância para a atração de investimentos, também é um ponto de atenção para o próximo ano.

No que se refere às concessões de projetos de infraestrutura, o Ministério da Infraestrutura postergou para 2021 e 2022 a maioria dos leilões de concessão ou privatização que estavam previstos para 2020 – consequência, em parte, do impacto da pandemia do novo coronavírus na economia e na estruturação dos leilões.



Minério de Ferro

A pandemia da Covid-19 interferiu no fluxo e no preço das *commodities*, inclusive de minério de ferro. Na China, primeira nação afetada pelo novo coronavírus, a adoção de medidas de distanciamento social provocou a suspensão dos embarques externos de minério de ferro para o país, com efeitos diretos sobre estoques e preços no mercado internacional no início de 2020.

A partir do segundo trimestre, houve um reaquecimento da demanda pela *commodity*, tendo em vista a retomada paulatina da economia global, inclusive da China. Nesse país, o estímulo às obras de infraestrutura e o avanço da produção siderúrgica – em nível recorde – destacaram-se.

Restrições ao funcionamento de empresas, sobretudo no Brasil, com paralisação de plantas produtivas e absenteísmo em alta, assim como chuvas fortes no início do ano, provocaram um descasamento entre oferta e demanda de minério de ferro. Em Minas Gerais, a produção física da indústria extrativa acumulou retração de 11,3% de janeiro a setembro, em relação ao mesmo período de 2019. A quantidade exportada caiu 15,3% em outubro e recuou 5,3% no acumulado do ano, contribuindo para a redução da oferta global da *commodity*.

Petróleo

Choques simultâneos de oferta e demanda afetaram o mercado de combustíveis em 2020. Por um lado, as medidas de distanciamento social adotadas em todas as partes do mundo impactaram negativamente a demanda em, aproximadamente, 8,6 milhões de barris por dia (mbpd). Por outro lado, em março, a não renovação do acordo entre os países-membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e outros grandes produtores globais, que visava à limitação da produção, implicou excesso de oferta no mercado global.

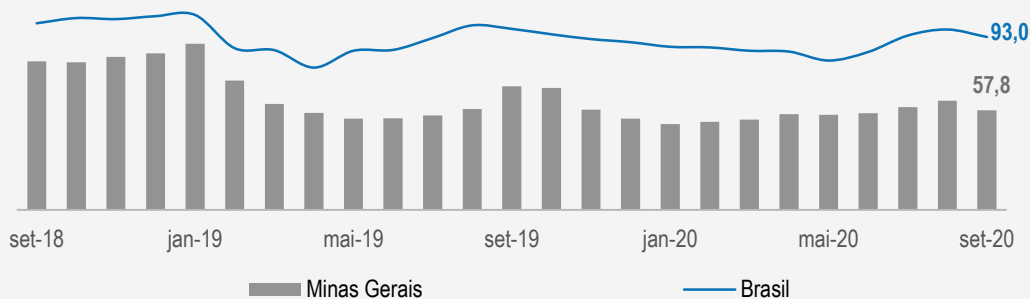
Nesse cenário, o preço *spot* do barril de petróleo saiu de US\$ 67, no início de janeiro, para US\$ 19, no fim de março. Pelo lado da oferta, a celebração do acordo, em abril, entre Rússia, Opep e demais países produtores possibilitou a sustentação do preço no patamar de US\$ 20 a partir de maio. A demanda, contudo, continuou reprimida ao longo do ano, em função da contração no setor de transportes, da diminuição dos deslocamentos e da redução da atividade econômica.

No Brasil, os dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) indicaram queda nas vendas de querosene de aviação (-85%), de gasolina (-29%) e de óleo diesel (-14%) em abril, frente a igual mês de 2019, com recuperação nos meses seguintes.

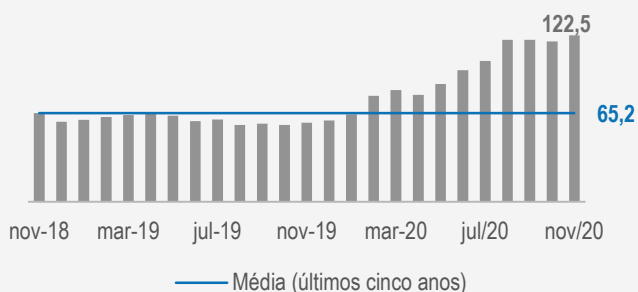
INDÚSTRIA EXTRATIVA



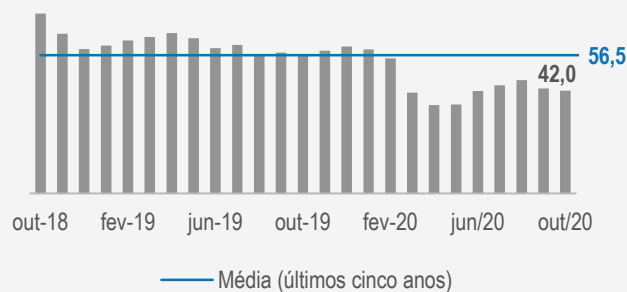
PRODUÇÃO FÍSICA (Índice Base 2012 = 100)



COTAÇÃO MINÉRIO DE FERRO (US\$) - Ferro 62%



COTAÇÃO PETRÓLEO BRENT (US\$)



Expectativas

Minério de Ferro

Registra-se uma recuperação dos estoques de minério de ferro à medida que a produção e as exportações se normalizam, e em função de fatores climáticos mais favoráveis.

Espera-se redução do preço, com a mediana das expectativas de mercado em US\$ 72 por tonelada de minério de ferro em 2021. O incentivo da China à produção doméstica da *commodity*, reduzindo a dependência externa, e o retorno do volume de produção ao nível anterior ao desastre de Brumadinho fundamentam a projeção. Os dois fatores tendem a reequilibrar a relação entre oferta e demanda e a pressionar os preços para baixo.

Petróleo

Os efeitos dos choques de oferta e de demanda estão se dissipando, juntamente com o aperfeiçoamento do controle da transmissão do novo coronavírus no mundo. Nesse contexto, espera-se que o preço do barril de petróleo continue em recuperação e flutue entre US\$ 50 e US\$ 55 em 2021.

INDÚSTRIA EXTRATIVA



No cenário geopolítico, o acordo entre Rússia e Opep estabelece cota de produção de 9 mbpd para a Rússia até o fim de 2022, o que deve garantir a estabilidade da oferta e segurar o nível dos preços.

Domesticamente, as novas projeções de longo prazo para a produção sofreram queda de 4,8% e agora indicam produção de 5,7 mbpd em 2030. Apesar da revisão das expectativas para baixo, é esperado aumento de 61% entre 2021 e 2030.

PRODUÇÃO FÍSICA E EXPORTAÇÕES (%)

		BRASIL	MINAS GERAIS
PRODUÇÃO FÍSICA	SETEMBRO ¹	-4,1	-15,8
	JANEIRO-SETEMBRO ¹	-2,3	-11,3
EXPORTAÇÕES OUT ¹	VOLUME (Kg)	-9,8	-15,3
	VALOR (US\$)	-2,5	24,7
EXPORTAÇÕES JANEIRO-OUTUBRO ¹	VOLUME (Kg)	-2,1	-5,3
	VALOR (US\$)	-15,2	6,7

¹ Em relação ao mesmo período do ano anterior.



Atividade do setor aproxima-se do nível pré-pandemia

O ano de 2020 começou com boas perspectivas para o setor de máquinas e equipamentos brasileiro, tendo em vista sinais de retomada econômica e uma agenda político-econômica de ajuste fiscal e de reformas estruturais. De janeiro a março, o faturamento da indústria nacional de máquinas e equipamentos acumulou R\$ 10,9 bilhões, avanço de 10,6% frente a igual período de 2019. No primeiro trimestre, o consumo aparente* cresceu 46,5%, impulsionando o aumento das vendas internas em 3,7% e das receitas em 2,3%, frente ao primeiro trimestre de 2019.

Contudo, no segundo trimestre, o setor foi significativamente afetado pela pandemia da Covid-19. Na comparação interanual, as receitas totais (vendas internas + exportações) recuaram 17,4%, consequência da retração de 17% no volume vendido internamente.

No *front* externo, o desempenho foi ainda pior, com queda de 37,3% no valor exportado, resultando em retração de 25,4% da receita de exportações no primeiro semestre do ano, na comparação com igual período de 2019. O fraco desempenho levou o nível de utilização da capacidade instalada para 64% em junho e contribuiu para a queda de 6,6 mil postos de trabalho no primeiro semestre.

O retorno gradual da atividade econômica, iniciado em julho, possibilitou a recuperação da atividade produtiva do setor. Em setembro, frente a igual mês de 2019, a produção física cresceu 8,1% no Brasil – resultado do aumento de 22,9% das vendas internas, com as receitas líquidas avançando 13,3% e atingindo R\$ 13,9 bilhões. O nível de utilização da capacidade instalada continuou em recuperação e alcançou 75% em setembro, puxado pelo consumo aparente, que cresceu 13,8% no mês.

PRODUÇÃO FÍSICA E EXPORTAÇÕES (%)

		BRASIL	MINAS GERAIS
PRODUÇÃO FÍSICA	SETEMBRO ¹	8,1	1,1
	JANEIRO-SETEMBRO ¹	-11,9	-19,9
EXPORTAÇÕES	VOLUME (Kg)	3,5	-4,8
	OUTUBRO ¹	VALOR (US\$)	2,8
EXPORTAÇÕES	VOLUME (Kg)	-25,4	-17,2
	JANEIRO-OUTUBRO ¹	VALOR (US\$)	-36,3

¹ Em relação ao mesmo período do ano anterior.

O destaque negativo continua sendo o mercado externo. Alguns países mostram maior dificuldade de retomada da atividade econômica e já enfrentam uma segunda onda de contágio da Covid-19. Nesse ambiente, a quantidade exportada pelo setor acumula, de janeiro a outubro, retração de 25,4% no país e de 17,2% no estado, frente a igual período de 2019.

* Absorção total, resultado da parcela da produção industrial doméstica destinada ao mercado interno mais as importações.

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

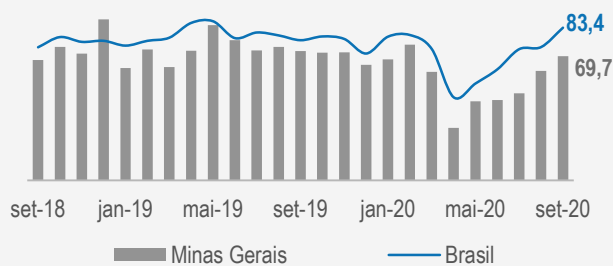


De janeiro a setembro, registra-se uma queda significativa dos volume exportados para Estados Unidos (-31%), Argentina (-15,9%), Países Baixos (-35,4%), México (-36,6%) e Chile (-37,6%). Os setores que apresentaram os maiores recuos foram: máquinas e equipamentos para logística e construção civil (-42,1%), petróleo e energia renovável (-30,8%), infraestrutura e indústria de base (-28%), indústria de transformação (-27,9%) e bens de consumo (-25,7%).

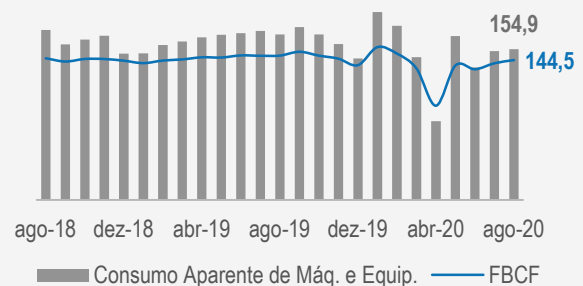
Observa-se um melhor desempenho do setor em Minas Gerais do que no Brasil, devido às características das indústrias locais, que, embora direcionadas à demanda externa, são voltadas à produção de máquinas e equipamentos para segmentos menos afetados pela pandemia, como agricultura, componentes para bens de capital e bens de consumo. Adicionalmente, o reconhecimento, pelo governo de Minas Gerais, da indústria como atividade essencial também contribuiu para atenuar os efeitos sobre a produção do setor.

Os dados mais recentes sugerem que o pior momento foi superado e mostram uma recuperação paulatina do setor, que aproxima-se dos níveis pré-pandemia.

PRODUÇÃO FÍSICA (Índice Base 2012 = 100)



CONSUMO APARENTE (Índice Base 1995 = 100)



Cenário internacional

A incerteza quanto à intensidade da segunda onda de contágio na Europa é um fator de risco à retomada da atividade global, com efeitos de contágio, econômico e epidemiológico sobre os demais países.

Em contraponto, a economia dos Estados Unidos, principal parceiro comercial do Brasil no setor de máquinas e equipamentos, dá sinais robustos de recuperação. A eleição de Joe Biden deixou o setor otimista com a possibilidade de um pacote de US\$ 2 trilhões para infraestrutura, principalmente para os segmentos de logística e de construção civil.

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS



Cenário doméstico

A economia brasileira também dá sinais de retomada. A recuperação da produção industrial doméstica tem impulsionado a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), concentrada na aquisição de máquinas e equipamentos nacionais.

A continuidade no avanço da atividade econômica e, conseqüentemente, na produção industrial abre espaço para o crescimento das vendas internas, com potencial de aumento de 5% em 2021. Adicionalmente, novos investimentos em energias renováveis (sobretudo em energia solar fotovoltaica em Minas Gerais) e em água e saneamento, proporcionados pelo novo marco regulatório, são oportunidades para o setor.



Metalurgia tem tombo em 2020, mas perspectivas são de recuperação em 2021

O setor de metalurgia foi intensamente afetado pela pandemia da Covid-19. As incertezas sanitárias e econômicas, bem como a adoção de medidas de restrição à circulação como estratégia para conter a propagação do novo coronavírus, levaram a uma queda drástica da atividade do setor, com siderúrgicas desligando altos-fornos e empresas interrompendo suas linhas de produção. Como efeito, a produção do setor recuou mais de 30% entre fevereiro e abril, atingindo o menor nível da série histórica iniciada em 2002.

Apesar da queda abrupta e intensa nos primeiros meses da pandemia, em razão da postergação tanto do consumo quanto da realização de investimentos, observou-se, no decorrer do ano, efeitos negativos menos intensos do que os projetados inicialmente, sobretudo na atividade de siderurgia.

O setor de construção civil, beneficiado pela queda das taxas de juros, impulsionou, em grande parte, a retomada do consumo de produtos siderúrgicos. Segundo o Instituto Aço Brasil (IABr), as vendas internas de aços longos, utilizados em maior grau pela construção, avançaram 2,9% no acumulado do ano até outubro no Brasil. Por outro lado, as vendas de aços planos, utilizados como insumos para o setor automotivo e para a linha branca, reduziram 4% no mesmo período.

Em Minas Gerais, no acumulado do ano até setembro, a produção metalúrgica caiu 11,8%, recuo menor do que o registrado no Brasil, que foi de 13,6%. Entretanto, observa-se que, no estado, a recuperação da atividade está sendo mais lenta que no país. A menor produção de ferro-gusa e ferroligas e a queda das cotações internacionais desses produtos explicam esse descompasso.

PRODUÇÃO FÍSICA E EXPORTAÇÕES (%)

		BRASIL	MINAS GERAIS
PRODUÇÃO FÍSICA	SETEMBRO FRENTE A FEVEREIRO ¹	-4,6	-8,1
	JANEIRO-SETEMBRO	-13,2	-11,8
EXPORTAÇÕES JANEIRO-SETEMBRO	VOLUME (Kg)	5,8	-1,6
	VALOR (US\$)	-13,6	-19,2

¹ Variação com ajuste sazonal.

No cenário internacional, a pandemia também desempenhou papel fundamental para a desaceleração da atividade siderúrgica. De janeiro a setembro, a produção mundial de aço bruto caiu 3,2%. A queda, contudo, foi suavizada pelo desempenho da produção chinesa, que cresceu 4,5% no período, em razão dos estímulos governamentais ao setor imobiliário daquele país.



Para 2021, as expectativas são de retomada do setor metalúrgico. As taxas de juros em patamares diminutos e o conseqüente estímulo à incorporação imobiliária, ao setor de infraestrutura e à atividade automotiva contribuem com as perspectivas positivas. Contudo, uma provável onda secundária de Covid-19 e o desequilíbrio fiscal, com efeitos deletérios sobre os investimentos e o consumo das famílias, permanecem como riscos.

No *front* externo, a eleição de Joe Biden, nos Estados Unidos, entusiasma os produtores de aço e de alumínio do Brasil. Acredita-se que o novo presidente revisará as medidas protecionistas impostas aos produtos brasileiros pela administração Donald Trump.



Aumento do consumo de energia elétrica reflete retomada gradual da atividade econômica

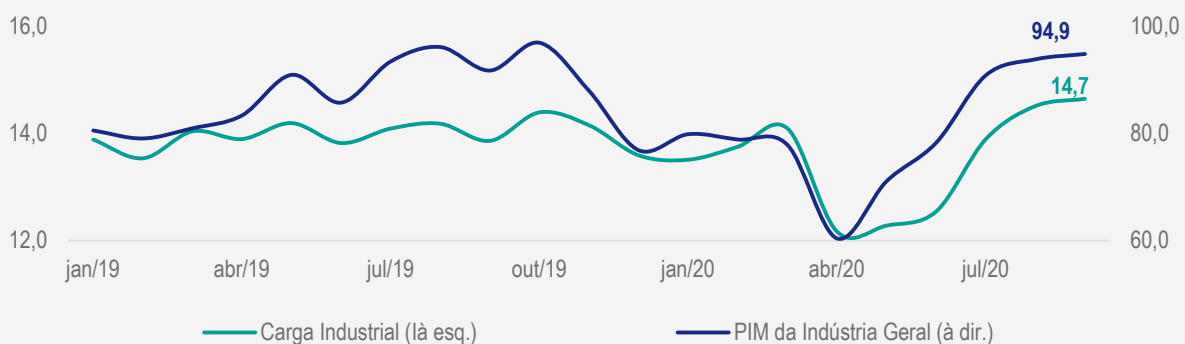
A pandemia do novo coronavírus e as medidas de distanciamento social, iniciadas em março, modificaram as formas de produzir, comercializar e consumir, provocando efeitos significativos na estrutura produtiva e na atividade econômica. A energia elétrica é um insumo de preço regulado, homogêneo e comum aos agentes econômicos produtores, comercializadores e consumidores. Dessa forma, o consumo de energia elétrica pode ser considerado um “termômetro” da atividade econômica.

O PIB brasileiro caiu 1,4% no primeiro trimestre, frente a igual período de 2019 – resultado decorrente, principalmente, do recuo em serviços e comércio (-1,6%). Paralelamente, o consumo de energia elétrica mostrou comportamento semelhante: recuou 0,9%, com destaque negativo para o setor de comércio e serviços (-2,2%). Os setores industrial (-0,4%) e residencial (-0,3%) também apresentaram quedas, ainda que menos intensas.

Mantidas as medidas de distanciamento social e as restrições às atividades de comércio e serviços, o consumo de energia elétrica seguiu em queda no segundo trimestre. No período, em relação a iguais meses de 2019, foi observado recuo mais intenso do consumo de energia elétrica, que foi de 8,3%. As quedas em comércio e serviços (-21,5%) e no setor industrial (-11,8%) explicaram o resultado. O destaque positivo, por sua vez, foi o segmento residencial (2,8%), refletindo a dinâmica social vivenciada no trimestre, com aumento da permanência das famílias em suas residências.

No terceiro trimestre, a atividade econômica brasileira iniciou seu processo de recuperação, com o consumo de energia elétrica refletindo essa retomada parcial: em julho, registou queda de 1,5% e, em agosto e setembro, mostrou crescimentos de 1,4% e 2,6%, respectivamente. A melhora gradual foi puxada, principalmente, pela recuperação do consumo industrial ao longo do trimestre: queda de 1,6% em julho, e elevações de 2,3% e de 5,7% em agosto e setembro, respectivamente.

PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA E CARGA INDUSTRIAL DE ENERGIA ELÉTRICA



O consumo industrial de energia elétrica é um bom indicador antecedente da produção da indústria geral.



Na indústria, destacou-se a recuperação, no terceiro trimestre, do consumo elétrico nos setores: produtos de minerais não metálicos (12,9%), metalúrgico (8,5%), químico (8,4%), papel e celulose (8,4%), têxtil (7,2%), borracha e material plástico (5,5%), produtos metálicos (3,2%) e produtos alimentícios (3%). Contrariamente, o consumo elétrico seguiu em queda nos setores automotivo (-6%) e de extração de minerais metálicos (-1,2%).

PIB E CARGA DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL¹ POR SETOR E REGIÃO (%)

Setores	1T2020	2T2020	3T2020		2020	2021	2022	2023	2024
Extração de minerais metálicos	-9,6%	-5,2%	-1,2%	PIB	-5,0	2,3	2,8	2,8	2,9
Produtos metálicos	-9,6%	-17,4%	3,2%	Carga de Energia Elétrica	-3,0	4,3	3,9	3,7	3,6
Automotivo	-8,0%	-29,0%	-6,0%	Norte	-1,0	5,0	4,4	3,2	3,9
Químico	-3,2%	-7,1%	8,4%	Nordeste	-3,1	5,9	4,4	4,3	4,3
Papel e celulose	-1,8%	-3,3%	8,4%	Sudeste e Centro-Oeste	-3,5	3,9	3,7	3,6	3,4
Têxteis	-1,3%	-19,2%	7,2%	Sul	-2,3	4,1	3,8	3,6	3,7
Produtos alimentícios	3,7%	1,2%	3,0%						
Metalúrgico	2,9%	0,3%	8,5%						
Borracha e material plástico	1,2%	-8,7%	5,5%						
Produtos minerais não metálicos	0,8%	-5,9%	12,9%						

¹ Em relação ao mesmo período do ano anterior.

O setor elétrico também precisou de medidas que atenuassem o efeito da pandemia sobre sua atividade. Em junho, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou a regulamentação da chamada Conta-covid, um empréstimo de R\$ 16,1 bilhões com a finalidade de garantir a solvência das empresas e de evitar um reajuste tarifário no curto prazo.

Incertezas econômicas e sanitárias representam riscos ao setor

Os resultados observados ao longo de 2020 indicam que os impactos da pandemia na economia e no consumo de energia elétrica ficaram concentrados no primeiro semestre, com recuperação consistente no terceiro trimestre. Nesse sentido, a redução de 3% esperada para a carga de energia elétrica em 2020 é condizente com um cenário de retração do PIB, estimada em 5%.

Para 2021, a expectativa é de um crescimento de 4,3% da carga elétrica nacional, consistente com a projeção de expansão de 2,3% no PIB do Brasil. Contudo, o risco de uma intensificação dos contágios por Covid-19 e a incerteza ainda elevada com relação à continuidade da recuperação econômica são questões importantes à previsão de recuperação da carga de energia elétrica.

Superada a pandemia, a expectativa é que, nos próximos anos, uma maior estabilidade no ambiente econômico possibilite a retomada da confiança dos agentes, com recuperação gradual do mercado de trabalho, do consumo das famílias e dos investimentos, com destaque para as obras de infraestrutura.

BALANÇO ANUAL 2020 E PERSPECTIVAS

FICHA TÉCNICA

REALIZAÇÃO

FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

PRESIDENTE

Flávio Roscoe Nogueira

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Gerência de Economia e Finanças Empresariais

Esta publicação é elaborada com base em análises internas, desenvolvidas a partir de dados públicos.
Não nos responsabilizamos pelos resultados das decisões tomadas com base no conteúdo deste material.

